



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90008/2026

CONTRATANTE (UASG)

(530102)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, GERENCIAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO BENEFÍCIO VALE-REFEIÇÃO, COM TAXA ADMINISTRATIVA DE 0,00% (ZERO POR CENTO)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 15.938.841,60 (QUINZE MILHÕES, NOVECENTOS E TRINTA E OITO MIL OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 01/07/2026 ÀS 10H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MAIOR DESCONTO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Sumário

[1. DO OBJETO](#)

[2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)

[3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)

[4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)

[5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)

[6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)

[7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)

[8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)

[9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS*](#)

[10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA*](#)

[11. DOS RECURSOS](#)

[12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)

[13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)

[14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

*Este edital utiliza minuta padronizada de Pregão Eletrônico. Alguns capítulos, embora constem do sumário, não se aplicam à presente contratação, conforme expressamente indicado nos respectivos itens.

**GOVERNO DO ESTADO DE PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

(Processo Administrativo nº 018.00016480/2025-34)

Torna-se público que o ESTADO DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, por intermédio da SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA, sediada da Avenida Rangel Pestena, nº 300, 14º e 16º andares, Sé, São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para gestão, administração, emissão e fornecimento de cartões vale-refeição com taxa administrativa de 0,00% (zero por cento) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não se aplicam nesta licitação as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido nas subdivisões subsequentes.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).

3.10. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto correspondente à taxa administrativa ofertada, observada a sistemática de operacionalização prevista neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV](#)

[do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, como segue:

5.1.1. Percentual de desconto. Para fins de operacionalização do certame no sistema Compras.gov.br, o percentual registrado corresponderá à sistemática de equivalência da taxa administrativa ofertada pela licitante, observadas as regras previstas neste Edital;

5.1.2. Para fins de preenchimento da proposta no sistema Compras.gov.br, somente será considerada válida a proposta registrada com percentual de desconto equivalente à taxa administrativa de 0,00% (zero por cento), observada a sistemática operacional prevista neste Edital;

5.1.3. Para fins de preenchimento da proposta e formulação dos lances no sistema, observar-se-á a seguinte equivalência operacional:

5.1.3.1. proposta registrada no percentual de 100% (cem por cento) corresponderá à taxa administrativa de 0,00% (zero por cento);

5.1.3.2. proposta registrada com percentual inferior a 100% (cem por cento) corresponderá à taxa administrativa positiva e será desclassificada, por incompatibilidade com a taxa administrativa admitida neste Edital;

5.1.3.3. proposta registrada com percentual superior a 100% (cem por cento), caso admitida pelo sistema, corresponderá à taxa administrativa negativa e será desclassificada.

5.1.4. Havendo empate entre propostas válidas, serão observados os critérios de desempate previstos neste Edital e na legislação aplicável.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas,

tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes deverão observar os parâmetros econômicos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência, especialmente quanto à taxa administrativa admitida para a presente contratação e à sistemática de operacionalização do certame no sistema Compras.gov.br.

5.9.1. Considerando que o critério de julgamento será o de maior desconto, processado operacionalmente no sistema Compras.gov.br, somente serão admitidas propostas compatíveis com a taxa administrativa de 0,00% (zero por cento), observadas as regras de equivalência previstas neste Edital.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo percentual da taxa administrativa, conforme especificado no item 5, PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observada a sistemática operacional prevista neste Edital.

6.8. Considerando as limitações operacionais do sistema Compras.gov.br, a proposta e os lances deverão observar, obrigatoriamente, o valor estimado de referência correspondente ao valor facial total dos benefícios, fixado em R\$ 15.938.841,60 (quinze milhões, novecentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), equivalente à taxa administrativa de 0,00% (zero por cento), não sendo admitida proposta com valor superior ou inferior ao estimado pela Administração.

Item	Especificação	Unidade de medida	Qtd	Valor facial unitário por dia (R\$)	Dias úteis/mês	Valor facial mensal por beneficiário	Valor facial total mensal estimado	Valor facial total estimado	Intervalo mínimo entre lances %
1	Prestação de Serviço de gestão, administração, emissão e fornecimento de cartões vale-refeição	Cartão	1.324	45,60	22	1.003,20	1.328.236,80	15.938.841,60	-----

6.8.1. Eventuais propostas ou lances registrados em desconformidade com o valor estimado de referência previsto neste Edital serão desclassificados, por incompatibilidade com a taxa administrativa admitida e com a sistemática operacional da contratação.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de o percentual da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ofertada pelo primeiro colocado, não atender ao critério de julgamento definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de

participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão consideradas propostas contendo TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NEGATIVA.

7.9. Para fins de verificação de regularidade da proposta, poderão ser efetuadas diligências exclusivamente para esclarecimentos complementares, não se aplicando a verificação de inexequibilidade por preço, em razão do critério de julgamento por menor taxa administrativa.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. Para subsidiar a análise mencionada no item 7.11, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação, para realização da Prova de Conceito (PoC), nos termos do item 4.6 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, destinada à verificação da aderência da solução ofertada aos requisitos técnicos, funcionais, operacionais e de segurança exigidos pela Administração.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.1. Se não houver entrega da POC ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou fora das especificações previstas no referido documento anexo neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.2. Se a documentação técnica apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da documentação técnica, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico licitacoes.sgc@sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar documentação técnica.

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. apresentar documentação técnica falsificada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e

12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacoes.sgc@sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas por meio do Portal Compras Gov (aba - impugnações e esclarecimentos): sistema compras.gov, e enviadas pelo sistema para o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº](#)

[69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Site Oficial da Secretaria de Gestão e Governo Digital: sggd.sp.gov.br/sggd, em menu/aba: Transparência/Licitações e Contratos/Licitações em Andamento

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I do TR – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.1.2. Anexo II do TR - Checklist Objetivo da Prova de Conceito

14.16.2. ANEXO II – Minuta Termo de contrato;

14.16.3. ANEXO III – Modelo de Proposta;

14.16.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração;

14.16.5. ANEXO V – Modelo Pedido de Esclarecimento e;

14.16.6. ANEXO VI – Modelo Pedido de Impugnação

Assinado digitalmente

DANIELLE REIS QUEIROGA DE FRANÇA

Coordenadora de Licitações e Contratos

Diretoria de Administração

Subsecretaria de Gestão Corporativa



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 15/06/2026, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0111073762** e o código CRC **DB799871**.

ESP-DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	933035-ESP-DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	CRISTIANO RUSSO INCONTRI	15/06/2026 15:42 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		018.00016480/2025-34

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Contratação de serviços de empresa, para prestação de serviços de fornecimento, gerenciamento, implementação e administração do benefício vale-refeição, por meio de solução eletrônica baseada em cartões físicos e virtuais, aos servidores e empregados públicos em exercício nas unidades da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), e aos integrantes da carreira de Especialista em Políticas Públicas de que trata a Lei Complementar nº 1.034/2008, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA DE BENEFICIÁRIOS	VALOR UNITÁRIO (FACIAL POR DIA)	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Contratação de empresas para prestação de serviços de fornecimento, gerenciamento, implementação e administração do benefício vale-refeição, por meio de solução eletrônica baseada em cartões físicos e virtuais	3700	Unidade	1.324,00	45,6	1.328.236,80	15.938.841,60

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data do primeiro depósito do benefício, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que demonstrada a vantajosidade da prorrogação e observados os demais requisitos legais e contratuais aplicáveis.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que a contratação se destina à concessão regular do benefício vale-refeição, mediante recargas mensais dos benefícios, solução tecnológica e operacional de administração, processamento de créditos, atendimento aos usuários e rede de aceitação em arranjo aberto, conforme Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.5. A estimativa de beneficiários foi composta tendo em vista o número estimado de até 1.324 (mil trezentos e vinte e quatro) servidores e empregados públicos beneficiários, compreendendo os Quadros da Secretaria de Gestão e Governo Digital, Quadro Especial em Extinção CEPAM, Quadro Especial em Extinção FUNDAP, Quadro Especial em Extinção CODASP e carreira de Especialistas em Políticas Públicas, conforme informação fornecida pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

1.5.1. A adoção do quantitativo estimado não implica obrigação de pagamento integral à Contratada, pois a execução financeira ficará vinculada à quantidade de beneficiários efetivamente atendidos e aos valores efetivamente creditados em cada período, observada a taxa administrativa de 0,00% (zero por cento).

1.6. A Taxa de Administração será de 0,00% (zero por cento). Não poderão ser cobradas tarifas para emissão, reemissão, entrega, estorno ou recarga de cartões refeição.

1.7. Nos termos da Lei Federal nº 14.442, de 02 de setembro de 2022, fica vedada proposta com taxa de administração negativa, que implique em qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor a ser creditado nos vales alimentação e refeição.

1.8. O valor facial diário do benefício poderá ser reavaliado pela Administração durante a vigência do contrato, mediante apostilamento, observada a disponibilidade orçamentária, a autorização da autoridade competente e a formalização administrativa cabível. Eventual alteração incidirá exclusivamente sobre o valor do benefício a ser creditado aos beneficiários, não alterando a taxa administrativa da contratação, que permanecerá fixada em 0,00% (zero por cento), vedada a cobrança de taxa positiva, taxa negativa, deságio, desconto sobre o valor facial ou concessão de benefícios acessórios.

Subcontratação

1.9. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 220;

II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2025;

III) Id do item no PCA: 220;

IV) Classe/Grupo: 859 – OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE;

V) Identificador da Futura Contratação: 530102-84/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Para a escolha da solução foi considerado o prazo de 12 (doze) meses de duração do Contrato prorrogável por até 10 (dez) anos, posto sua natureza de serviço contínuo. Sendo assim, a contratação deverá abarcar as tecnologias disponíveis e em fase de ampla expansão no mercado, a fim de que seu objeto não fique ultrapassado a médio ou longo prazo.

3.2 A adoção do arranjo de pagamento aberto revela-se mais vantajosa para a Administração por assegurar aos servidores maior capilaridade de aceitação do benefício, mediante utilização de bandeiras de ampla difusão no território nacional, o que amplia a competitividade do certame, conforme justificativa técnica constante do Estudo Técnico Preliminar, apenso a este Termo de Referência. A opção pelo arranjo de pagamento aberto também está

em conformidade com a legislação vigente, especialmente com o Decreto Federal nº 12.712/2025, que disciplina aspectos relacionados ao Programa de Alimentação do Trabalhador — PAT e reforça a vedação de benefícios acessórios, descontos, deságios ou vantagens estranhas à finalidade alimentar do benefício.

3.3 A Lei nº 14.442/2022, de 2 de setembro de 2022, proíbe “qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado” para fornecimento de vale refeição. Essa medida visa garantir que o valor total do benefício chegue integralmente aos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD, sem deduções.

3.4 A solução que viabiliza a contratação de empresa especializada para a execução do serviço consiste na adoção do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, o qual permite a formalização de novo ajuste para o fornecimento de cartão de vale-refeição estruturado em arranjo de pagamento aberto e vinculado a bandeira de ampla aceitação nacional. Tal modelo assegura aos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD o acesso ao benefício em rede abrangente de estabelecimentos de alimentação credenciados à respectiva bandeira, incluindo restaurantes, lanchonetes, padarias, supermercados e plataformas de delivery, conferindo liberdade de escolha aos usuários, ao mesmo tempo em que preserva a competitividade do certame, a neutralidade do arranjo e a eficiência administrativa.

3.5 A consulta de saldo e extrato online proporciona transparência e controle sobre os gastos, enquanto recursos avançados de segurança garantem proteção contra fraudes e uso indevido. Essa solução não apenas simplifica a gestão administrativa para a empresa, mas também promove a satisfação dos funcionários ao oferecer uma experiência moderna e flexível de uso de benefícios alimentares.

3.6 Visão geral dos principais aspectos da solução:

3.6.1 **Plataforma Tecnológica Integrada:** Implementação de plataforma tecnológica avançada e integrada, apta a suportar todo o ciclo operacional do vale-refeição (cadastro, carga, administração de benefícios, transações e conciliações), com painéis gerenciais, logs de auditoria e geração de relatórios em tempo real.

3.6.2 **Aplicativo móvel e portal online:** Disponibilização de aplicativo móvel intuitivo e portal web acessível para usuários e Administração, permitindo consulta de saldo, extratos, bloqueio/desbloqueio, localização de estabelecimentos, emissão de 2ª via e abertura de chamados.

3.6.3 **Rede abrangente em arranjo aberto:** Disponibilização de rede ampla e regionalmente distribuída de estabelecimentos de alimentação, incluindo restaurantes, bares, lanchonetes, padarias, supermercados e congêneres, efetivamente localizados no território de atendimento, operando obrigatoriamente em arranjo de pagamento aberto, com aceitação nos estabelecimentos credenciados à bandeira licitada, dentre as bandeiras de ampla difusão nacional, tais como Visa, Mastercard, ou equivalentes, assegurando capilaridade territorial, interoperabilidade entre credenciadores e neutralidade competitiva.

3.6.4 **Integração com delivery e compras online de alimentos:** Compatibilidade do meio de pagamento com aplicativos de delivery e plataformas online de gêneros alimentícios, ampliando conveniência e flexibilidade de uso, desde que a transação se restrinja à finalidade estritamente alimentar.

3.6.5 **Gestão eficiente dos benefícios:** Ferramentas de gestão para a Administração, contemplando carga programada, ajustes individuais, controles de elegibilidade, trilhas de auditoria, relatórios gerenciais customizáveis e exportação de dados em formatos usuais de mercado.

3.6.6 **Cartão virtual e pagamento por aproximação:** Disponibilização de cartão virtual e de pagamento por aproximação quando compatíveis com a tecnologia ofertada e com a bandeira utilizada, admitida a integração com carteiras digitais ou soluções equivalentes amplamente disponíveis no mercado, tais como Apple Pay, Google Wallet ou similares, sem prejuízo do cartão físico quando necessário, em consonância com a busca de inovação, eficiência e transformação digital na Administração Pública.

3.6.7 **Segurança e conformidade:** Adoção de medidas robustas de segurança da informação e conformidade regulatória, incluindo (i) criptografia de dados, (ii) autenticação multifator, (iii) padrões de segurança do setor de pagamentos e (iv) observância da legislação aplicável, inclusive proteção de dados pessoais.

3.6.8 **Suporte técnico e atendimento:** Suporte técnico especializado e SAC multicanal (telefone, chat e e-mail), com SLAs definidos para incidentes, dúvidas e solicitações dos usuários e da equipe gestora, além de base de conhecimento e trilhas de capacitação.

3.6.9 **Customização e personalização:** Possibilidade de parametrizações conforme diretrizes institucionais (branding, políticas de uso, perfis de acesso, relatórios e integrações), preservando-se a padronização técnica e a interoperabilidade do arranjo aberto.

3.7 Condições operacionais dos cartões:

3.7.1 **Identificação institucional:** Os cartões (físicos e/ou virtuais) deverão conter a identificação institucional da Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD e identificação nominal do beneficiário.

3.7.2 **Segurança e controle:** Numeração individual, chip de segurança, proteção por senha/pin e mecanismos antifraude; capacidade de recarga, com saldo cumulativo.

3.7.3 **Regras sobre Créditos:**

3.7.3.1 Os créditos eletrônicos não terão prazo de validade até seu esgotamento;

3.7.3.2 É vedado o expurgo de créditos por não utilização, independentemente do valor ou período, exceto quando formalmente solicitado pela Administração;

3.7.3.3 Não haverá limite diário de utilização dos créditos, observada a finalidade estritamente alimentar.

3.8 Emissão e reposição sem ônus: Fornecimento gratuito do cartão (físico/virtual) inicial e das reposições em casos de defeito, perda, furto, roubo, extravio ou clonagem.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 A Contratada deverá adotar sempre que possível, práticas de sustentabilidade ambiental na execução de serviços e no fornecimento dos materiais, em especial, quanto à procedência dos materiais utilizados para confecção dos cartões e na destinação correta dos resíduos relacionados às tintas aplicadas.

4.2 Cartões eletrônicos/magnéticos com chip e suporte a pagamentos por aproximação (NFC), compatíveis com a tecnologia ofertada como por exemplo Apple Pay, Google Pay, e Samsung Wallet, bem como opção de cartão virtual para compras online, observada a finalidade alimentar do benefício, nas modalidades crédito/débito ou voucher.

4.2.1 A adoção de cartões virtuais proporciona uma solução mais ágil, segura e prática para a gestão do benefício, podendo substituir, quando cabível, o cartão físico. O acesso por aplicativos móveis e carteiras digitais facilita o uso pelos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD, que passam a utilizar o vale diretamente em suas plataformas digitais, ampliando a acessibilidade e a conveniência — sobretudo para quem já utiliza tecnologia no dia a dia. A medida também reforça a eficiência administrativa e a modernização dos processos, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, que incentiva a adoção de soluções inovadoras e eficientes nas contratações públicas.

4.2.2 O cartão deverá incorporar mecanismos de segurança antifraude, incluindo autenticação por senha pessoal (PIN) nas transações, tecnologia de chip (padrão EMV) e bloqueio imediato por perda, roubo ou furto, por meio de canais disponibilizados pela contratada. A reemissão (2ª via) do cartão de vale-refeição será realizada sem ônus para a Contratante.

4.2.3 Aplicativo próprio para dispositivos eletrônicos (smartphones): O aplicativo mobile (app) a ser disponibilizado aos usuários do cartão, deverá ser compatível com os sistemas Android e iOS e possuir no mínimo as seguintes funções:

- a) Consulta de saldos e históricos de utilização (extrato);
- b) Consulta à rede de estabelecimentos que aceitam a bandeira;
- c) Contato com a Central de Atendimento ou orientação de como acionar a Central fora do app.

4.2.4 Rede de aceitação ampla, em âmbito local e nacional, estruturada em arranjo de pagamento aberto e vinculada a bandeira de ampla aceitação, assegurando aos beneficiários a utilização do benefício em restaurantes, lanchonetes, padarias e supermercados, efetivamente localizados nas regiões em que a SGGD atua, de forma contínua e sem interrupções, preservando a capilaridade territorial.

4.2.5 Gerenciamento completo do benefício, incluindo carga de créditos, relatórios gerenciais, consultas, exportação de dados e funcionalidades de apoio à gestão administrativa pela área competente da Contratante.

4.2.6 Segurança e conformidade com padrões como PCI-DSS (padrão de segurança aplicável ao setor de meios de pagamento com a finalidade de proteger dados de cartões e transações, como controles de acesso, criptografia, proteção contra vazamento de dados e segurança no processamento de pagamentos) e LGPD, além de mecanismos antifraude.

4.2.7 Integração com Aplicativos de Delivery e Compras Online.

4.2.8 Atendimento ao usuário 24 horas por múltiplos canais, conforme descritos no item 5.1.6.

Garantia da contratação

4.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 3% (três por cento) sobre o valor inicial do contrato.

4.4 No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.4.1 A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

Da exigência de Prova de Conceito (PoC)

4.7. A Prova de Conceito possuirá caráter exclusivamente verificatório, destinando-se à comprovação da exequibilidade da solução tecnológica ofertada e da capacidade operacional da licitante para atendimento das exigências mínimas da contratação, observado o princípio do julgamento objetivo.

4.8.1. A sessão de Prova de Conceito será gravada pela Administração, sempre que tecnicamente possível, para fins de registro, transparência, rastreabilidade, instrução do processo licitatório e eventual análise de recursos ou esclarecimentos, sem prejuízo da elaboração de checklist objetivo e parecer técnico fundamentado pela equipe responsável pela avaliação.

4.8.2. A participação da licitante na sessão de Prova de Conceito implicará ciência quanto à gravação da demonstração, exclusivamente para fins administrativos e de instrução do procedimento licitatório, observadas as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais e ao tratamento de informações sigilosas ou comercialmente sensíveis.

I – funcionamento do portal de gestão administrativa, incluindo inclusão e exclusão de beneficiários, solicitação de créditos, emissão de relatórios e exportação de dados;

II – operacionalidade dos aplicativos mobile e/ou plataforma web, incluindo consulta de saldo, extrato, geolocalização de estabelecimentos, bloqueio de cartão e demais funcionalidades previstas neste Termo de Referência;

III – demonstração da operacionalidade do arranjo de pagamento aberto e da aceitação da bandeira ofertada;

IV – funcionamento do pagamento por aproximação (NFC), e da utilização em dispositivos móveis com sistemas operacionais Android e iOS, inclusive por meio de carteiras digitais ou soluções equivalentes amplamente disponíveis no mercado;

V – mecanismos de segurança da informação, proteção de dados pessoais, rastreabilidade de transações e controles antifraude;

VI – canais de atendimento e suporte técnico aos usuários e à Administração.

4.9.1. A verificação dos aspectos previstos no item 4.9 será realizada mediante checklist objetivo, com indicação, para cada requisito, do resultado “Atende” ou “Não atende”, acompanhado de breve justificativa técnica pela equipe avaliadora, conforme Anexo II - CHECKLIST OBJETIVO DA PROVA DE CONCEITO.

4.9.2. Para fins de aprovação na Prova de Conceito, a licitante deverá demonstrar o atendimento aos requisitos mínimos obrigatórios constantes do checklist, não sendo admitida atribuição de pontuação técnica, comparação qualitativa entre licitantes ou ranqueamento de soluções.

4.9.3. A eventual falha pontual, inconsistência de apresentação ou necessidade de esclarecimento técnico poderá ser objeto de diligência pela Administração, desde que não implique alteração da proposta, substituição da solução ofertada ou concessão de vantagem indevida à licitante.

4.9.4. A Prova de Conceito poderá ser realizada em ambiente de demonstração, homologação ou simulação, sendo vedada a exigência de operação com créditos reais, transações financeiras reais ou integração definitiva com sistemas da Administração nesta etapa, salvo quando indispensável e devidamente justificado pela equipe técnica.

4.10. A avaliação da Prova de Conceito será realizada por comissão designada pela Administração ou por equipe técnica indicada pela unidade demandante, mediante checklist objetivo de verificação, sendo emitido parecer técnico fundamentado quanto ao atendimento dos requisitos mínimos exigidos.

4.11. Será considerada aprovada na Prova de Conceito a licitante que demonstrar atendimento a todos os requisitos mínimos obrigatórios classificados como “Atende” no checklist objetivo, admitida a marcação “Não se aplica” apenas para funcionalidades condicionadas à compatibilidade da tecnologia ofertada, da bandeira utilizada ou do modelo operacional aprovado pela Administração.

4.12. O não comparecimento à sessão de demonstração, a impossibilidade de realização da prova por responsabilidade da licitante ou o não atendimento aos requisitos mínimos obrigatórios previstos no checklist objetivo implicará sua desclassificação, mediante decisão motivada, facultada a convocação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação e assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, quando cabível.

4.13. A aprovação da licitante na Prova de Conceito não afasta a obrigação de cumprimento integral de todas as exigências previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato, nem impede a fiscalização posterior da execução contratual, a aplicação de sanções ou a exigência de correções pela Administração.

Vistoria

4.14. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: a contar da emissão da ordem de serviço;

5.1.2 A Empresa deverá fornecer cartões eletrônicos com crédito individual para pagamento de refeições nos estabelecimentos, sem estipulação de valor mínimo mensal, na quantidade estimada ao número equivalente ao de servidores e empregados públicos beneficiários previsto no item 1.1.

5.1.3 A Empresa contratada deverá confeccionar e entregar a quantidade de cartões solicitada pelo Contratante em até 05 (cinco) dias úteis. A entrega deverá ser realizada na sede da Secretaria de Gestão e Governo Digital, localizada na Avenida Rangel Pestana, 300, 14º andar – Sé, São Paulo, 01017-911, aos cuidados da Diretoria de Gestão de Pessoas da SGGD, ou outro local indicado pelo Contratante

5.1.4 O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores ou empregados públicos;

5.1.5 A empresa deverá disponibilizar manual do usuário em formato digital e impresso, contendo instruções claras e ilustradas sobre o uso do cartão físico e virtual, funcionalidades da plataforma e aplicativo, procedimentos para bloqueio/desbloqueio, recuperação de senha, bem como os respectivos canais de atendimento aos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD.

5.1.6 A empresa deverá oferecer canais de suporte multicanal, incluindo: Central de atendimento telefônico (call center), com número gratuito (0800); atendimento via chat ou aplicativo móvel; canal de autoatendimento online (FAQ e tutoriais).

5.1.7 A empresa deverá assegurar atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para comunicação de perda, roubo ou bloqueio do cartão.

5.1.8 Níveis de Serviço (SLA): A Contratada deverá cumprir os níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA) definidos neste Termo de Referência, aplicáveis à disponibilidade da solução, ao atendimento aos usuários e à efetiva aceitação do cartão, observadas as condições do arranjo de pagamento aberto.

5.1.8.1 Para fins de aplicação dos SLAs, consideram-se:

I - **Prazo de resposta inicial:** o tempo máximo para o primeiro atendimento, retorno ou posicionamento ao usuário ou à Administração, contado a partir da abertura do chamado ou da comunicação da ocorrência;

II - Prazo de solução: o tempo máximo para a efetiva resolução da ocorrência, restabelecendo a normalidade do serviço ou da funcionalidade afetada.

5.1.8.2 Atendimento e suporte:

5.1.8.2.1. A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado e Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) multicanal (telefone, chat e e-mail), observando, no mínimo, os seguintes prazos:

I – Dúvidas e solicitações gerais:

Prazo máximo de 30 (trinta) minutos para resposta inicial;

II – Incidentes Individuais (que afetem um ou poucos usuários):

Prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para solução;

III – Incidentes coletivos ou críticos (que afetem múltiplos usuários, funcionalidades essenciais ou a utilização do benefício):

IV – Prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para solução.

5.1.8.3 Disponibilidade da solução:

5.1.8.3.1. A solução contratada deverá manter disponibilidade mínima de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento), considerada a operação dos sistemas próprios de gestão, aplicativos, portal web e canais digitais disponibilizados pela Contratada, ressalvadas as manutenções previamente comunicadas e autorizadas, bem como indisponibilidades decorrentes de caso fortuito, força maior ou falhas comprovadamente atribuíveis a terceiros alheios à atuação da Contratada.

5.1.8.4 Aceitação da Bandeira:

5.1.8.4.1. A efetiva aceitação do cartão será aferida por meio de indicadores de desempenho, incluindo taxa de sucesso das transações, índice de recusas indevidas e testes práticos por amostragem, realizados nas localidades em que houver beneficiários, nos termos deste Termo de Referência.

5.1.8.5 Descumprimento dos níveis de serviço:

5.1.8.5.1. O descumprimento dos níveis mínimos de serviço — SLA sujeitará a Contratada ao registro formal da ocorrência, à exigência de plano de correção, à adoção de medidas de saneamento e, conforme a gravidade, reincidência e impacto sobre os beneficiários ou sobre a Administração, à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

5.1.8.6 Considerando que a taxa administrativa da contratação é de 0,00% (zero por cento), eventual descumprimento dos níveis de serviço não implicará redução do valor facial regularmente devido aos beneficiários, o qual deverá ser integralmente preservado. A responsabilização da Contratada será realizada por meio dos mecanismos de fiscalização, registro de ocorrências, exigência de correção, aplicação de multas, sanções contratuais e demais medidas previstas no instrumento convocatório e no contrato.

5.1.8.7 Quando o descumprimento do SLA implicar falha total ou parcial na disponibilização do benefício, atraso na emissão ou reemissão de cartões, indisponibilidade da solução, recusa indevida de transações ou prejuízo operacional à Administração ou aos beneficiários, a medição da execução deverá registrar a ocorrência e subsidiar a decisão quanto ao recebimento, à liquidação, ao pagamento e à eventual aplicação de sanções.

5.1.9 A empresa deverá divulgar e atualizar periodicamente as informações, garantindo que os beneficiários estejam cientes de novos recursos, mudanças de procedimento e boas práticas de segurança.

5.1.10 A empresa deverá disponibilizar consulta de saldo, extrato consumo e data prevista para a próxima recarga por meio de aplicativo dedicado, de uso e instalação gratuitos em dispositivos móveis compatíveis com sistema operacional Android ou iOS;

5.1.11 O aplicativo para dispositivos móveis da Contratada deverá disponibilizar funcionalidade de geolocalização (GPS) que permita ao beneficiário consultar, em tempo real, os estabelecimentos próximos que aceitam a bandeira do cartão, observada a lógica do arranjo de pagamento aberto.

5.1.12 A Contratada deve disponibilizar tecnologia que possibilite pagamento por aproximação, sem contato físico entre usuário e comerciante.

5.1.13 Em caso de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeição no cartão eletrônico, a empresa terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para confeccionar e entregar um novo cartão ao beneficiário, sem ônus para este ou para o Contratante. O novo cartão deverá estar habilitado com o saldo de créditos remanescentes do cartão anterior.

5.2 Nos cartões eletrônicos deverão constar os seguintes dados:

5.2.1 Denominação da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD);

5.2.2 Nome por extenso do servidor ou empregado público;

5.2.3 Prazo de validade, nome e telefone da Central de Atendimento da Contratada e indicação que é válido somente para pagamento de refeições; e,

5.2.4 Chip de segurança e número de controle individual.

5.3 Os cartões deverão ser entregues bloqueados, embalados individualmente e com identificação nominal, acompanhados de manual básico para operação e utilização dos mesmos.

5.3.1 Os cartões deverão ter obrigatoriamente senha individualizada, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das despesas.

5.3.2 Na inclusão de novos beneficiários, o prazo de entrega dos cartões será de no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do pedido de inclusão, que poderá ser com solicitação de saldo ou não.

5.3.3 A empresa deverá fornecer aos beneficiários todas as orientações e instruções sobre o benefício e sobre a utilização dos cartões.

Local e horário da prestação dos serviços

5.4 Para fins de local de execução dos serviços, considera-se o endereço da sede da Secretaria de Gestão e Governo Digital, localizado na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, São Paulo – SP, CEP 01017-911.

5.5 O prazo para disponibilização do benefício aos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD será contado a partir da conclusão da implantação integral da solução.

5.6 Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os créditos deverão ser disponibilizados imprerivelmente até às 08:00 horas do último dia útil do mês anterior ao evento gerador do crédito, salvo disposição expressa da Contratante.

Rotinas a serem cumpridas

5.7 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.7.1. Na assinatura do Contrato, o Gestor/Fiscal ou pessoa lotada na Diretoria de Gestão de Pessoas enviará listagem, com os dados de todos os servidores e empregados públicos em exercício na SGGD para que a Contratada confeccione os referidos cartões descritos nos itens 4.2.1 e 5.1.2

5.7.2. Os cartões magnéticos a serem providenciados aos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD Secretaria de Gestão e Governo Digital, deverão ser entregues prazo máximo de 05 (dias) dias úteis, contado da data do envio da referida listagem pela Contratante, na sede da Secretaria de Gestão e Governo Digital.

5.7.3. A solicitação de créditos será efetuada mensalmente pelo Fiscal(is) ou pela área competente da Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista no cronograma de crédito a ser previamente estabelecido pela Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, contendo a relação de nomes e os valores individualizados a serem creditados.

5.7.4 A Contratante poderá encaminhar solicitação de créditos suplementar aos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD a qualquer data.

5.7.5 A Contratada é responsável por adotar todas as providências operacionais necessárias à disponibilização dos créditos aos beneficiários nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.7.6. Os débitos no saldo de benefícios dos cartões devem ocorrer de forma automática, a partir da utilização nos estabelecimentos.

5.7.7. O processamento das informações relativas às operações realizadas com o cartão deverá ser de forma automática quando da efetivação da compra, permitindo a identificação pelo servidor, em aplicativo (APP) da Contratada, do valor utilizado, data e horário, saldo, além do local de consumo, visando a permitir a verificação da correta utilização do benefício.

5.7.8. Caso ocorram cobranças, débitos ou atribuições indevidas de valores, cuja despesa não tenha sido efetuada pelo beneficiário ou não esteja devidamente comprovada, a Contratada deverá adotar as providências necessárias à apuração, correção do problema e recomposição do saldo, quando cabível, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação realizada pelo usuário ou pela Contratante.

5.7.9. Além de recargas mensais, podem ser disponibilizados benefícios a qualquer tempo, aos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD, mediante solicitação da Contratante, seja por pedido individual ou carga por arquivo.

5.7.10. Os créditos carregados nos cartões que não forem utilizados dentro do mês de competência serão automaticamente transferidos para o mês seguinte, somando-se aos créditos futuros, de forma que não haja qualquer prejuízo aos beneficiários.

5.7.11. Os créditos já disponibilizados nos cartões permanecerão ativos mesmo que o beneficiário deixe de fazer parte do sistema de cartão, tenha sua participação suspensa por qualquer motivo, ou após o término do contrato para todos os beneficiários. Em todos esses casos, não haverá bloqueio do cartão, e o saldo de créditos permanecerá disponível para uso sem prazo de validade.

5.7.12. O atendimento à Secretaria de Gestão e Governo Digital e aos beneficiários, incluindo eventuais substituições de cartões, será mantido por um período mínimo de 120 (cento e vinte) dias após o término do prazo contratual ou eventual denúncia antecipada do contrato.

Forma e Tempo e Pagamento:

5.8. O pagamento à Contratada será efetuado mensalmente, após a comprovação da disponibilização dos créditos nos cartões ou contas dos beneficiários, em valor correspondente aos créditos efetivamente disponibilizados no período, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura ou documento de cobrança equivalente, devidamente conferido e atestado pelo fiscal e/ou Gestor do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação do documento de cobrança, desde que tenha sido concluída a liquidação da despesa.

5.8.1. A taxa administrativa será de 0,00% (zero por cento), de modo que o pagamento corresponderá exclusivamente aos valores faciais efetivamente creditados aos beneficiários, sem prejuízo da apuração de eventuais descumprimentos contratuais, inclusive quanto aos níveis mínimos de serviço, para fins de aplicação das medidas corretivas e sanções cabíveis.

5.8.2. Na hipótese de inclusão de novos beneficiários, pagamentos complementares, ou ajustes de pagamento realizados no decorrer do mês, os respectivos créditos deverão ser disponibilizados pela Contratada, sendo os valores correspondentes consolidados e faturados na competência subsequente, vedada a emissão de faturamento complementar no mesmo período de referência, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela Administração.

5.8.3. Os créditos suplementares ou complementares eventualmente solicitados pela Administração serão apurados e incluídos na fatura do período subsequente, observadas a efetiva disponibilização dos créditos, a apresentação do documento de cobrança correspondente, o atesto da execução contratual e a conclusão da liquidação da despesa.

5.8.4. Não será admitido pagamento antecipado, parcial ou integral, nos termos do artigo 145 da Lei nº 14.133/2021 e dos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964.

5.8.5. A Contratada deverá garantir a exatidão dos créditos disponibilizados e emitir relatórios mensais detalhados contendo os comprovantes de recarga individualizada por beneficiário, contemplando os servidores e empregados públicos em exercício na Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD.

Materiais a serem disponibilizados

5.9 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.9.1 Confecção dos cartões magnéticos a serem providenciados aos servidores e empregados públicos em exercício na Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD, nos moldes contidos nos itens 4.2.1 e 5.1.2;

5.9.2 Sistema Informatizado de gerenciamento dos benefícios;

5.9.3 A Contratada deverá disponibilizar um portal online em tempo real, acessível por meio de login e senha, para o Gestor/Fiscal do Contrato, assim como servidor pertencente a Diretoria de Gestão de Pessoal da SGGD, previamente cadastrado. O Gestor/Fiscal terão totais poderes para executar todas as ações necessárias à boa gestão do contrato.

5.9.4 O portal disponibilizado deverá contar com metodologia de acompanhamento e controle de lançamento dos créditos de forma global e individualizada, possibilitando a impressão ou geração dos respectivos relatórios para conferência.

5.9.5 Para atendimento do item 5.9. a tecnologia apresentada deverá possuir no mínimo as seguintes funcionalidades:

- a) Inclusão, alteração, exclusão, consulta de beneficiários e seus dados (nome, CPF, tipo e valor do benefício e número do cartão);
- b) Solicitação de cartões, bloqueio e cancelamento de cartões;
- c) Solicitação de emissão de 2ª via de cartão;
- d) Envio de arquivo de pedidos de créditos, em sistema ou planilha no formato Excel;
- e) Solicitação de pedidos individualmente, para servidor e empregados públicos em exercício na SGGD específico e em determinado valor;
- f) Possibilitar a emissão de Extratos por usuários e Relatórios Gerenciais dos pedidos de créditos, contendo a relação dos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD, os valores, a data de crédito e o mês de referência;
- g) Acompanhamento do status das solicitações (pedidos de créditos efetivados, entrega de cartões);

h) Relatório contendo dados das transações efetuadas com o cartão, para fins de conferência, auditoria de extratos e saldos e fiscalização contratual, contemplando data, horário, valor da transação e identificação do estabelecimento, observadas as regras de proteção de dados pessoais;

i) Compatibilidade para importação de arquivos junto ao sistema de gestão da Contratada;

j) Permitir que a Contratante realize o remanejamento dos valores creditados, nos casos em que o servidor e empregados públicos em exercício na SGGD não realizar o desbloqueio do cartão ou em casos de encerramento de vínculo, em tempo real.

Central de Atendimento Telefônico.

5.10. A Contratada deverá indicar na assinatura do Contrato, o número da Central de Atendimento com ligação gratuita 0800 ou com custo de ligação local para a cidade de São Paulo e para as regiões metropolitanas do Estado, 24 horas por dia, 7 dias por semana, para que os usuários possam comunicar perda, roubo ou extravio dos cartões, com imediata solicitação de 2ª via, bem como manter um canal de atendimento aos usuários da SGGD, para esclarecimento de dúvidas relativas à operação do cartão com horário de funcionamento nos dias úteis, no mínimo, das 09:00 às 17:00 horas;

5.11. A Contratada deverá indicar, no ato da assinatura do Contrato, preposto formalmente designado, com poderes para representá-la perante a Contratante na execução contratual, informando nome completo, cargo ou função, telefone e endereço eletrônico, competindo-lhe acompanhar a execução dos serviços, receber comunicações da fiscalização, prestar esclarecimentos e adotar as providências necessárias à solução de ocorrências relacionadas ao contrato.

5.12. A Contratada deverá indicar na assinatura do Contrato, o número da central de atendimento, com horário de funcionamento nos dias úteis, no mínimo, das 09:00 às 17:00 horas, para que os fiscais e gestores do Contrato possam solucionar as demandas decorrentes da administração e gerenciamento do benefício.

5.13. A identificação do beneficiário junto a Central deverá ser efetuada mediante fornecimento do número do cartão, CPF ou outro dado pessoal do beneficiário, sem a necessidade de informar quaisquer dados relativos à Secretaria de Gestão e Governo Digital.

Rede de aceitação em arranjo de pagamento aberto.

5.14. A Contratada deverá disponibilizar cartão de vale-refeição estruturado em arranjo de pagamento aberto, devidamente bandeirado, com aceitação em todos os estabelecimentos comerciais credenciados à respectiva bandeira, em âmbito nacional, vedada qualquer limitação a redes próprias, exclusivas ou previamente selecionadas.

5.15. A rede de aceitação deverá abranger, de forma efetiva e contínua, estabelecimentos de alimentação, tais como restaurantes, bares, lanchonetes, padarias, supermercados, marmitarias e congêneres, incluindo a utilização do benefício para consumo no local, retirada ou entrega, bem como pagamentos realizados em sites e aplicativos de delivery, desde que credenciados à bandeira.

5.16. Considerando a natureza do arranjo de pagamento aberto, fica dispensada a apresentação de listagem nominal de estabelecimentos credenciados, uma vez que a aceitação do cartão decorre da própria bandeira. A Contratada deverá, contudo, comprovar o vínculo operacional e a homologação junto à bandeira, por meio de documentação idônea, sem prejuízo da fiscalização contratual.

5.17. A Contratada deverá manter a aceitação do cartão ativa e regular durante toda a vigência contratual, assegurando que eventuais alterações na rede da bandeira não comprometam a capilaridade territorial nem a efetiva utilização do benefício pelos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD.

5.18. A efetividade da rede de aceitação será aferida por meio de indicadores de desempenho, incluindo taxa mínima de sucesso das transações, índice de recusas indevidas e níveis de disponibilidade, conforme SLAs definidos neste Termo de Referência.

5.19. A Administração poderá realizar, a qualquer tempo, testes práticos por amostragem, inclusive mediante tentativas reais de pagamento ou contatos com estabelecimentos, com a finalidade de verificar a efetiva aceitação da bandeira nas localidades atendidas, caracterizando-se como falha na prestação do serviço eventual recusa indevida ou restrição não justificada.

5.20. O descumprimento dos parâmetros de aceitação, desempenho ou disponibilidade da rede, ainda que parcial, caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas no instrumento convocatório e no contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

5.21. A rede deve ser composta por estabelecimentos que permitam a aquisição de refeições para consumo imediato no próprio local ou em local diverso, mas não exclusivamente, restaurantes, lanchonetes, padarias e marmitarias.

5.22. Durante todo o tempo de vigência do contrato a Contratada deverá manter o arranjo de pagamento aberto (bandeira) para a aceitação dos cartões, especializados no oferecimento de refeições preparadas e que estejam aptos para o fornecimento de refeições prontas no local e por entrega e pagamentos em sites e aplicativos de delivery, observadas, conforme os critérios de abrangência territorial e aferição definidos neste Termo de Referência.

Abrangência territorial mínima.

5.23. A rede de aceitação deverá assegurar cobertura mínima no Estado de São Paulo e do Distrito Federal, bem como nos municípios em que haja servidores ou empregados públicos da SGGD, garantindo a efetiva utilização do benefício nas regiões de atuação da Administração.

5.24. A comprovação da abrangência territorial dar-se-á por meio da aceitação irrestrita do cartão nos estabelecimentos credenciados à bandeira, observados os indicadores de desempenho e os testes por amostragem previstos neste Termo de Referência.

Neutralidade e interoperabilidade:

5.25. A operação do cartão deverá observar neutralidade competitiva, interoperabilidade entre credenciadores e adquirentes e plena compatibilidade com o arranjo de pagamento aberto, sendo vedada qualquer prática que restrinja, direta ou indiretamente, a aceitação do benefício.

Disposição final sobre a rede de aceitação.

5.26. A rede de aceitação deverá permanecer adequada, atualizada e funcional durante toda a vigência contratual, preservando a capilaridade territorial, a continuidade do serviço e a livre escolha do estabelecimento pelo beneficiário, nos termos deste Termo de Referência.

5.26.1. Entende-se por rede de aceitação:

5.26.1.1 Restaurante: estabelecimento que prepara e fornece ao público alimentação para consumo imediato no próprio local ou em local diverso, acompanhada ou não de bebida. Esse conceito engloba os mais variados estabelecimentos, cada um deles com suas próprias características, tais como, mas não exclusivamente, restaurantes, lanchonetes, padarias e marmitarias.

5.26.1.2 Arranjo de pagamento aberto: é aquele no qual os cartões são emitidos através de uma instituição de pagamento. Possui bandeira (VISA, MASTERCARD, etc.) e são utilizados em quaisquer estabelecimentos do gênero alimentício que aceitem pagamentos por meio de sistema de cartão de débito e/ou crédito.

Obrigações da Contratada:

5.27. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, a operação em arranjo de pagamento aberto, vedada qualquer alteração para arranjo fechado (ou equivalente), sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais, sem prejuízo de eventual rescisão.

5.28. A Contratada deverá disponibilizar, em seu site institucional e aplicativo, ferramenta de consulta meramente informativa dos estabelecimentos próximos ao usuário que aceitam a bandeira do cartão, com base em dados de geolocalização e informações da rede da bandeira, devendo prestar esclarecimentos ao Fiscal do contrato sempre que solicitada. Considerando a natureza do arranjo de pagamento aberto, não será exigida a manutenção de listagem fixa ou controle de inclusões e exclusões de estabelecimentos, sendo a efetividade da rede aferida conforme os critérios de cobertura territorial, desempenho e aceitação definidos neste Termo de Referência.

5.29. Além das obrigações previstas nos demais anexos do edital, a Contratada deverá:

5.29.1. Em até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do Contrato:

a) informar o número do telefone da Central de Atendimento ao Cliente 0800 para a Contratada que atenderá os beneficiários para os serviços de avisos de perda, roubo ou extravio (com imediata solicitação de 2º via e bloqueio de cartão;

b) dar orientações (de forma presencial ou online) a respeito do sistema utilizado para realizar as recargas de crédito nos cartões alimentação e/ou refeição dos beneficiários, bem como fornecer suporte técnico durante a vigência do contrato sem ônus adicional.

5.29.2. Em relação aos cartões magnéticos com chip e aplicativo mobile, a Contratada deverá:

a) confeccionar a via inicial dos cartões de benefício, segunda via de cartões em virtude de desgaste natural, defeito, extravio, furto ou roubo, nos prazos previstos neste Termo de Referência;

b) em caso de roubo, furto ou extravio, proceder ao bloqueio do saldo existente imediatamente após a devida comunicação do fato, e transferir o saldo para novo cartão a ser confeccionado, sem quaisquer ônus à Administração e/ou aos beneficiários;

c) garantir que os cartões sejam regularmente aceitos pelos estabelecimentos;

d) realizar a entrega dos cartões de benefícios no local, prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

e) possuir elevado padrão de qualidade e segurança no processo de confecção/disponibilização dos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude;

f) ocorrendo mudança de mercado que obrigue a implantação de cartão oriundo de tecnologia mais nova, em substituição aos cartões eletrônicos, fica a Contratada obrigada a disponibilizar a tecnologia mais nova aos beneficiários, sem qualquer ônus para Administração e/ou beneficiário;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.30 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.30.1 O público-alvo beneficiário compreende até 1.324 (mil trezentos e vinte e quatro) beneficiários, abrangendo servidores e empregados públicos em exercício na SGGD, com atuação em diversas áreas administrativas, técnicas e estratégicas, em jornadas de expediente integral, o que justifica a concessão regular do auxílio-refeição.

5.30.2 A solução contratada deverá garantir estabilidade e continuidade no fornecimento do benefício, possibilitando o planejamento financeiro do órgão, sem risco de descontinuidade, independentemente da bandeira utilizada, desde que observadas as condições do arranjo de pagamento aberto estabelecidas neste Termo de Referência.

5.30.3 O benefício deverá possuir ampla aceitação em estabelecimentos de alimentação credenciados à bandeira do cartão, operando em arranjo de pagamento aberto, e permitir facilidade de uso, mobilidade e adequado suporte tecnológico, por meio de plataformas web e mobile funcionais, acessíveis e intuitivas, voltadas tanto aos beneficiários quanto à gestão administrativa.

5.30.4 A prestação do serviço deve observar rigorosamente a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), com foco na rastreabilidade, integridade dos dados e mecanismos antifraude.

5.30.5. O modelo proposto, deve comportar variações no número de beneficiários, considerando admissões, realocações ou reestruturações internas futuras, sem necessidade de aditamento contratual.

Especificação da Garantia do Serviço.

5.31. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do Contrato.

5.32. Os procedimentos de finalização contratual consistirão na manutenção do atendimento à Contratante e aos beneficiários pelo período mínimo de 120 (cento e vinte) dias após o término da vigência contratual ou eventual extinção antecipada, para suporte relacionado a saldos remanescentes, substituição de cartões, esclarecimentos operacionais e demais providências necessárias à adequada utilização dos créditos já disponibilizados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11 O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17 Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção:

7.1.1 Os pagamentos à Contratada corresponderão exclusivamente ao repasse de valores de face efetivamente creditados aos beneficiários no período de referência, observada a taxa administrativa de 0,00% (zero por cento), vedada a cobrança de qualquer valor adicional a título de taxa de administração, emissão, reemissão, entrega, estorno ou recarga dos cartões, salvo previsão expressa e admitida neste Termo de Referência.

7.1.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.2.1 tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou;

7.1.2.2 Tenha deixado de utilizar materiais para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com a qualidade ou quantidade inferior à demandada

7.2 Para fins de medição, a execução contratual será aferida mensalmente com base:

- I - na quantidade de beneficiários efetivamente atendidos;
- II - nos valores faciais efetivamente creditados;
- III - na comprovação da disponibilização dos créditos;
- IV - na emissão de relatórios individualizados;
- V - na observância dos níveis mínimos de serviço previstos neste Termo de Referência.

7.3 Considerando que a taxa administrativa é de 0,00% (zero por cento), os valores faciais destinados aos beneficiários não poderão ser reduzidos em razão de descumprimento de SLA, devendo eventuais falhas ser tratadas por meio de registro formal, exigência de saneamento, glosas ou retenções cabíveis sobre parcelas inadimplidas, quando juridicamente aplicável, e aplicação das sanções previstas no Edital e no Contrato.

Do recebimento

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Regime de execução

8.2 O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.7 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16 Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.18 Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.19 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.19.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.19.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.19.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.20 O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.21 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.21.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.22 Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.22.1 Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) de natureza compatível com o objeto desta contratação executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.22.1.1. Atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato de natureza compatível com o objeto desta contratação, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

8.22.1.2. Comprovação de execução de serviços em quantitativo correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado da contratação, equivalente a 662 (seiscentos e sessenta e dois) beneficiários atendidos ou cartões ativos simultaneamente, considerado o quantitativo estimado de até 1.324 beneficiários previsto neste Termo de Referência;

8.22.1.3 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s);

8.22.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.22.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.22.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.23 Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.24 Declaração/ compromisso de que se enquadra na modalidade de pagamento de ARRANJO ABERTO ou se compromete a comprovar a adequação ao referido modelo de pagamento, em até 01 (um) dia útil anterior a assinatura do contrato.

8.25 Declaração em papel timbrado, assinada por representante legal, de que o cartão ofertado opera em arranjo de pagamento aberto, é devidamente bandeirado e possui aceitação em todos os estabelecimentos credenciados à respectiva bandeira, em âmbito nacional, sem restrições indevidas, bem como de que o licitante está apto a atender integralmente o objeto do contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência:

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de R\$ 15.938.841,60 (quinze milhões, novecentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), conforme custos unitários e quantitativos constantes da tabela apresentada no item 1.1 deste Termo de Referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2 No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: UGE 530122 / UASG 933035;

II) Fonte de Recursos: 150.010.001;

III) Programa de Trabalho: 04122530055150000;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39;

10.3 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VIVIAN FRANCISCA HORN DA COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 15:42:01.

CRISTIANO RUSSO INCONTRI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 15:32:55.

DOUGLAS CARNEIRO CANDIDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 15:35:27.

ESP-DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Estudo Técnico Preliminar 2/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 018.00016480/2025-34

2. Descrição da necessidade

2.1. A Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD realizou, no exercício de 2024, procedimento de credenciamento público para operacionalização do benefício vale-refeição, mediante habilitação de múltiplas operadoras. Embora juridicamente admissível, o modelo adotado resultou em fragmentação administrativa, multiplicidade de instrumentos contratuais, aumento das atividades de gestão e fiscalização, retrabalho operacional e ampliação dos riscos de descontinuidade e inconsistências na prestação do benefício, comprometendo a eficiência administrativa, a padronização dos procedimentos e a governança contratual.

A necessidade da presente contratação também decorre do crescimento institucional da Pasta, impulsionado pelas reestruturações promovidas pelos Decretos nº 69.052/2024, nº 69.230/2024 e nº 69.506/2025, bem como pela proposta de nova reorganização administrativa atualmente em tramitação perante a Casa Civil, no âmbito do Processo SEI nº 018.00024302/2024-04. Tal cenário reforça a necessidade de contratação centralizada, atualizada e abrangente, apta a assegurar a continuidade e efetividade da política de concessão do benefício alimentação aos servidores e empregados públicos da SGGD.

Registra-se que o quantitativo formalmente informado pela área de gestão de pessoas correspondia, à época da instrução processual, a 1.103 (mil cento e três) servidores e empregados públicos ativos. Todavia, considerando as reestruturações institucionais já implementadas, a proposta de reorganização administrativa em tramitação e a expectativa de ampliação do quadro funcional da Pasta, adotou-se, para fins de planejamento da contratação, a projeção de até 1.324 (mil trezentos e vinte e quatro) beneficiários. Trata-se de premissa técnica formulada com base nos elementos disponíveis nos autos, sujeita à ratificação da autoridade competente e sem prejuízo de eventual manifestação complementar da área de gestão de pessoas ou da unidade responsável pela reestruturação institucional quanto aos impactos efetivos no quantitativo de beneficiários.

A adoção do quantitativo projetado não implica obrigação de execução financeira integral, uma vez que a remuneração contratual permanecerá vinculada aos quantitativos efetivamente executados e aos valores efetivamente disponibilizados aos beneficiários em cada competência, observadas as condições econômicas e operacionais estabelecidas pela Administração no instrumento convocatório e em seus anexos.

Ademais, o cenário regulatório atual recomenda a adoção de contratação centralizada mediante pregão eletrônico, em substituição ao modelo anteriormente empregado. Com o advento do Decreto nº 12.712/2025, as empresas operadoras de benefícios passaram a atuar sob condições jurídicas equalizadas, vedando-se benefícios acessórios capazes de distorcer a disputa concorrencial, conforme previsão contida no artigo 3º do referido diploma legal, reforçando a necessidade de adoção de modelo contratual mais eficiente, uniforme e alinhado aos princípios da economicidade, eficiência, governança e interesse público.

No tocante à solução a ser contratada, entende-se necessária a adoção obrigatória de arranjo de pagamento do tipo aberto, considerando os benefícios operacionais, concorrenciais e de interesse público associados a essa modalidade. O modelo garante maior liberdade de escolha aos usuários, amplia a capilaridade territorial da rede credenciada — especialmente em localidades com menor densidade de estabelecimentos vinculados a arranjos fechados —, promove interoperabilidade e compartilhamento de rede entre credenciadores, assegura neutralidade competitiva e amplia a concorrência no certame.

A adoção do arranjo aberto revela-se ainda mais vantajosa sob a perspectiva da Administração Pública, por reduzir riscos operacionais, mitigar custos administrativos e assegurar maior aderência às diretrizes do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, em consonância com a legislação vigente, especialmente o Decreto Federal nº 10.854/2021, a jurisprudência recente do Tribunal de Contas da União, com destaque para o Acórdão nº 2612/2025 – Plenário, bem como precedentes de contratação já realizados no âmbito desta Unidade Federativa.

Insta salientar que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, nos autos do Processo TC-014982.989.25-3, reconhece a discricionariedade da Administração Pública, desde que motivada no interesse público, para optar pela contratação exclusivamente mediante arranjo aberto:

“(…) No que se refere à exigência de que as licitantes apresentem arranjo de pagamento exclusivamente aberto, conforme previsão do subitem 1.1 do instrumento, depreende-se da instrução processual que, no panorama jurídico atual, não há impedimento de que a Prefeitura assim proceda. Embora estipulação da espécie já tenha sido rechaçada por essa Corte, como é exemplo o decidido nos Processos TC-8409.989.23-3, TC-8451.989.23-0 e TC-8461.989.23-8, verifica-se que o motivo da reprovação constituiu no fato de que

a regra previa o arranjo aberto ainda estava em vacatio legis (...). Não obstante, a Medida Provisória nº 1.173/2023 perdeu sua eficácia (...), retornando o prazo de vigência da Lei nº 14.442/2022 como anteriormente estipulado, podendo ser adotado no certame em questão.” (TC-016567.989.23-16, TC-000563.989.24-3 e TC-000563.989.24-3).

No mesmo sentido, colaciona-se entendimento mais recente daquela Corte de Contas:

“De início, insubsistente a crítica à modalidade do arranjo de pagamento exclusivamente aberto, eis que o artigo 174, §1º, do Decreto Federal nº 10.854/2021 admite a operacionalização do serviço de pagamento de alimentação por arranjo de natureza aberta ou fechada. Sublinha-se que a opção por qual sistemática utilizar está no campo da discricionariedade da Administração, fundamentada no interesse público.”

Por fim, a rede credenciada da futura contratada deverá atender integralmente aos parâmetros e diretrizes do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, assegurando adequada cobertura, disponibilidade, regularidade e capilaridade na prestação do benefício aos usuários.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP	Leonardo Pedro do Carmo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A solução deverá ser prestada por empresa operadora de arranjo aberto, conforme definições do Banco Central do Brasil, assegurando ampla aceitação dos cartões em estabelecimentos alimentícios credenciados por bandeiras amplamente utilizadas (ex.: Visa, Mastercard, Elo), sem limitação a redes próprias ou exclusivas.

A escolha deste arranjo tem por fundamento o estímulo à competitividade, preservação da isonomia entre os licitantes, a mitigação de riscos de concentração de mercado e dependência de fornecedor específico; a promoção da segurança operacional; a possibilidade de escalabilidade e adaptação a demandas futuras a garantia de atendimento uniforme em todo o território nacional; e conformidade com o Decreto nº 12.712 de 11 de novembro de 2025.

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, funcionais, operacionais, normativos, de integridade, governança e sustentabilidade, considerados essenciais à execução eficiente e vantajosa da solução proposta:

Requisitos técnicos e funcionais:

- Arranjo aberto com bandeiras, por exemplo, Visa, Mastercard, Elo entre outras, com aceitação em todos os estabelecimentos credenciados à respectiva bandeira;
- Cartões eletrônicos com chip e senha individual, admitindo-se cartões multibenefícios desde que compatíveis com o objeto contratual;
- Sistema de gerenciamento eletrônico em tempo real, permitindo:
- Emissão de relatórios gerenciais e de conformidade;
- Acompanhamento das cargas financeiras;
- Controle de utilização pelos servidores;
- Mecanismos de rastreamento e prevenção de fraudes;
- Rede de estabelecimentos ampla e funcional, composta por estabelecimentos como restaurantes, padarias, lanchonetes etc. que aceitem à respectiva bandeira;
- Atendimento técnico e operacional 24h via central e canais digitais;
- Plataforma web e mobile para servidores, com funcionalidades de saldo, extrato, localização de estabelecimentos que aceitem à respectiva bandeira e comunicação com a operadora;
- Atendimento a bloqueios, substituições e reemissões de cartões sem custo adicional;
- Conformidade com padrões técnicos de segurança da informação e certificações reconhecidas.

Requisitos legais e normativos:

- Observância à Lei nº 14.133/2021, com foco nos princípios da economicidade, eficiência e legalidade;
- Conformidade com o Decreto nº 12.712/2025, que disciplina o PAT e veda concessão de benefícios acessórios;
- Atendimento à Lei nº 13.709/2018 – LGPD;
- Cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;
- Observância aos princípios constitucionais da Administração Pública (CF, art. 37).

Requisitos de governança e integridade:

- Empresas com programa de integridade estruturado;
- Adoção de políticas de ética, canais de denúncia e códigos de conduta;
- Compromisso com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- Rastreabilidade nas operações e acordos de nível de serviço.

Critérios de sustentabilidade (ambiental, social e econômica):

- Uso de cartões sustentáveis (recicláveis/biodegradáveis);
- Inclusão social no quadro funcional (mulheres vulneráveis, PCDs, jovens aprendizes);
- Redução do uso de papel e incentivo à digitalização;
- Eficiência energética dos sistemas e práticas logísticas sustentáveis;
- Promoção da concorrência e combate à concentração de mercado.

Requisitos quanto ao modelo de arranjo de pagamento:

- A solução deverá, obrigatoriamente, operar em arranjo aberto de pagamento, com aceitação em estabelecimentos alimentícios que transacionem com bandeiras amplamente difundidas no território nacional (p.ex., Visa, Mastercard, Elo ou equivalentes), conforme modelo já em vigor e instituído pela Controladoria Geral do Estado – CGE, entendimento do TCESP e recente julgado proferido pelo plenário do Tribunal de Contas da União – TCU no acórdão 2612/2025.
- A contratada deverá assegurar neutralidade competitiva e ampla capilaridade territorial, garantindo interoperabilidade entre credenciadores e emissores, sem práticas que limitem a aceitação do instrumento de pagamento.
- Deverá, ainda, comprovar conformidade regulatória aplicável aos arranjos de pagamento, inclusive no que tange à segurança da informação e observar integralmente as exigências do novo marco do PAT (Decreto nº 12.712/2025), especialmente quanto à finalidade estritamente alimentar do benefício e à vedação de benefícios acessórios não alimentares.

Requisitos de proteção de dados pessoais:

- Observância integral à LGPD (Lei nº 13.709/2018);
- Adoção de medidas técnicas e administrativas para proteção de dados;
- Compromisso formal com a confidencialidade e segurança das informações;
- Disponibilização de política de privacidade e canal para exercício de direitos dos titulares;
- Comunicação imediata de incidentes de segurança, conforme art. 48 da LGPD;
- Sujeição a auditorias e fiscalizações por parte da Administração.

Padrões de Qualidade e Desempenho:

- Prazo de entrega dos cartões de até 5 (cinco) dias úteis após o envio das informações cadastrais;
- Atendimento técnico e operacional disponível 24h por dia, 7 dias por semana;
- SLA (Acordo de Nível de Serviço) mínimo de 99,5% de disponibilidade do sistema de gestão e de aceitação dos cartões bandeirados;
- Tempo máximo de resposta para resolução de incidentes críticos: 24h.

Registra-se que a contratação possui natureza de serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra. A continuidade decorre da necessidade permanente de assegurar a concessão mensal do benefício vale-refeição aos servidores e empregados públicos em exercício na SGGD. A ausência de predominância de mão de obra decorre do fato de que o núcleo da contratação está centrado em solução tecnológica e operacional de administração do benefício, composta por cartões físicos e virtuais, sistema eletrônico de gestão, aplicativo, processamento de créditos, relatórios gerenciais, atendimento aos usuários e rede de aceitação em arranjo aberto.

Eventuais atividades humanas de suporte, atendimento ou operação possuem caráter acessório e instrumental à execução da solução contratada, não configurando alocação de trabalhadores à disposição da Administração, dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado é etapa obrigatória do planejamento da contratação, conforme previsão na Lei nº 14.133/2021, sendo destinado a embasar a escolha da solução mais eficiente e vantajosa para o interesse público. Foram considerados dados operacionais, experiências institucionais anteriores, análises de viabilidade econômica e aderência legal da proposta.

Em atendimento ao art. 4º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 68.017/2023, também foram consideradas contratações similares, estudos técnicos e documentos de planejamento disponíveis em bases públicas e em experiências de outros órgãos e entidades, especialmente quanto ao fornecimento, gerenciamento, implementação e administração de vale-refeição por meio de cartões eletrônicos, taxa administrativa de 0,00%, arranjo de pagamento aberto, sistema de gestão, aplicativo, central de atendimento e rede de aceitação, como, por exemplo, Controladoria Geral do Estado – CGE e Casa Civil.

A análise dessas referências confirmou a aderência da solução pretendida às práticas atualmente observadas no mercado e em contratações públicas similares, reforçando a adequação do pregão eletrônico, da contratação centralizada, da taxa administrativa de 0,00% e do arranjo aberto como modelo mais compatível com a necessidade administrativa da SGGD.

Experiência institucional com o modelo anterior (credenciamento – 2024):

Em 2024, a SGGD celebrou contratos simultâneos com 10 (dez) operadoras de vale-refeição, por meio de credenciamento público. A multiplicidade de contratos, sistemas e padrões operacionais ocasionou:

- Fragmentação da gestão e aumento da complexidade administrativa;
- Maior carga de trabalho na fiscalização e acompanhamento de execuções paralelas;
- Dificuldade de padronização de dados e geração de relatórios unificados;
- Ausência de critérios objetivos de competição entre os fornecedores.

Com a entrada em vigor do Decreto nº 12.712/2025, que vedou a concessão de benefícios acessórios não alimentares (art. 182-F), todas as operadoras passaram a prestar serviços padronizados, tornando o modelo de credenciamento ineficaz e questionável.

Análise de alternativas compatíveis com o objeto:

Dentre as alternativas disponíveis, foram consideradas:

- Execução direta pela Administração Pública: alternativa tecnicamente inviável, dado que o fornecimento de cartões, a gestão da rede credenciada e o controle de transações demandam estrutura tecnológica, financeira e jurídica inexistente no âmbito da SGGD.
- Nova rodada de credenciamento múltiplo: descartada em virtude da padronização dos serviços e da vedação de diferenciais competitivos. O modelo perdeu sua razão de ser e compromete os princípios da economicidade e eficiência administrativa, conforme já exposto.
- Pregão Eletrônico com contratação centralizada em arranjo aberto: solução mais aderente ao objeto e à legislação, por permitir ampla concorrência, julgamento objetivo (taxa de administração de 0,00%) e centralização da execução contratual, otimizando recursos humanos, financeiros e tecnológicos. Não obstante, com a superveniência do Decreto nº 69.861 de 11 de setembro de 2025 que “Disciplina a avaliação de programas de integridade de que tratam os artigos 25, § 4º, 60, inciso IV, 156, § 1º, inciso V, e 163, parágrafo único, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta e autárquica e dá providências correlatas.” o pregão eletrônico mostra-se alinhado às diretrizes contemporâneas de governança, integridade e prevenção de riscos, fortalecendo a conformidade do certame com a legislação vigente e com as melhores práticas de contratação pública.

A adoção do pregão eletrônico também se justifica pelo enquadramento do objeto como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado. A disputa, portanto, poderá ser conduzida de forma objetiva, transparente e competitiva, sem necessidade de avaliação subjetiva de técnica ou solução intelectual singular.

Pesquisa de preços de mercado:

Com base em fontes reconhecidas, foram obtidas as seguintes estimativas sobre o custo médio de refeições na cidade de São Paulo – região central:

- Alelo: R\$ 62,30

- Alelo FIPE: R\$ 62,30

- Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador - ABBT (2025): R\$ 58,94

- Controladoria Geral do Estado – CGE R\$ 60,00

A média aritmética ponderada apurada corresponde ao valor de R\$ 61,48 (sessenta e um reais e quarenta e oito centavos), servindo como parâmetro de referência para análise do cenário de mercado e planejamento institucional da política de benefício alimentação.

Não obstante os referenciais de mercado indicarem valores superiores ao atualmente praticado pela Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD, registra-se que o vale-refeição possui natureza indenizatória, consistindo em benefício destinado ao auxílio das despesas alimentares dos servidores e empregados públicos, não se confundindo com obrigação de custeio integral das refeições realizadas.

Nesse contexto, considerando critérios de planejamento institucional, disponibilidade orçamentária, sustentabilidade da despesa pública e continuidade da política de benefícios vigente, a Administração opta, neste momento, pela manutenção do valor facial atualmente praticado de R\$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos).

Ressalta-se, contudo, que eventual atualização superveniente do valor facial do benefício, formalmente instituída pela Secretaria, deverá ser obrigatoriamente observada no âmbito da futura contratação, assegurando-se a operacionalização do benefício conforme o valor vigente estabelecido pela Administração, nos termos das condições contratuais aplicáveis.

Soluções tecnológicas observadas no mercado:

As empresas operadoras de benefícios atualmente oferecem:

- Cartões eletrônicos com chip de segurança, senha individual e mecanismos antifraude;
- Aplicativos móveis para consulta de saldo, extratos e rede credenciada (Iphone e/ou Android);
- Sistema de gestão online em tempo real, com funcionalidades de controle, rastreamento de transações e relatórios gerenciais;
- Tecnologia de pagamento por aproximação utilizando a tecnologia NFC por intermédio do celular (android e iphone).

Integração entre as partes da solução:

A solução deverá garantir a integração entre os seguintes atores:

- SGGD, enquanto órgão concedente, gestor e fiscalizador do contrato;
- Empresa contratada, responsável pela operação da solução;
- Estabelecimentos comerciais, que aceitarão os cartões bandeirados;
- Servidores e empregados públicos, usuários finais do benefício.
- Essa integração permitirá:
 1. rastreabilidade das transações;
 2. maior controle da Administração sobre o uso do recurso público;
 3. transparência e agilidade na execução contratual.

Exigências de assistência técnica e manutenção:

A empresa contratada deverá:

- disponibilizar suporte técnico e contínuo aos gestores e fiscais da SGGD;
- manter a infraestrutura de rede credenciada atualizada e funcional;
- atender prontamente às solicitações de reposição, bloqueio ou cancelamento de cartões, sem custo adicional para a Administração;
- operar central de atendimento 24h, com acesso por telefone, aplicativo e internet, para suporte aos usuários.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidades foi elaborada com base nos dados fornecidos à época pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), que informou, naquela ocasião, um total de 1.103 (mil, cento e três) servidores ativos, vinculados à Pasta. O referido quantitativo evidenciou um aumento expressivo do quadro funcional, anteriormente composto por 790 (setecentos e noventa) servidores, resultado direto das reestruturações administrativas promovidas pelos Decretos nº 69.052/2024, nº 69.230/2024 e nº 69.506/2025.

Além das reestruturações já efetivadas, a Administração considera, para fins de planejamento da contratação, a perspectiva concreta de nova reestruturação da SGGD, objeto de proposta de novo Decreto em tramitação perante a Casa Civil - processo SEI nº 018.00024302/2024-04, a qual poderá ampliar substancialmente o número de servidores e, por consequência, o universo de beneficiários do vale-refeição.

Nesse contexto, a estimativa de 1.324 (mil, trezentos e vinte e quatro) beneficiários constitui projeção prospectiva de demanda, fundada no dever de planejamento decorrente da Lei nº 14.133/2021, especialmente dos arts. 5º, 11 e 18, que orientam a Administração à adequada instrução da fase preparatória, à definição da necessidade pública, à seleção da proposta apta a gerar resultado mais vantajoso e à estimativa das quantidades com base em elementos técnicos e documentos de suporte.

O dever de planejamento da Administração funda-se na necessidade de assegurar suficiência contratual durante a vigência do ajuste, evitando descontinuidade na concessão do benefício, necessidade prematura de alteração contratual ou risco de insuficiência quantitativa diante da expansão institucional já identificada. Há de ressaltar que a Equipe de Planejamento registra a presente premissa técnica de dimensionamento com base nos elementos disponíveis nos autos, sem prejuízo da ratificação pela autoridade competente quanto à conveniência administrativa de adoção do quantitativo projetado.

A remuneração da contratada permanecerá vinculada à demanda efetivamente realizada, ou seja, à quantidade real de beneficiários efetivamente atendidos e aos valores efetivamente creditados em cada período, observada a taxa administrativa de 0,00% (zero por cento). Eventuais acréscimos ou supressões posteriores observarão o limite previsto no art. 125 da Lei federal nº 14.133/2021, tendo como parâmetro o número de beneficiários.

Critérios utilizados para definição das quantidades:

- **Dados históricos:** quantitativo médio de beneficiários atendidos nos últimos exercícios, com base em registros da Coordenadoria de Gestão de Pessoas e relatórios da folha de pagamento;
- **Projeções de uso:** reestruturações recentes aumentaram o número de servidores lotados na SGGD, ampliando a necessidade de concessão do benefício;
- **Demanda reprimida ou prevista:** a contratação considera projeção prospectiva de beneficiários durante a vigência contratual, em razão de alterações institucionais, reestruturações administrativas ou nomeações, observados os limites legais aplicáveis.

- **Reestruturação institucional em tramitação:** a estimativa também considera proposta de novo Decreto de reestruturação da SGGD, processo SEI nº 018.00024302/2024-04, atualmente em análise perante a Casa Civil, com potencial impacto no quadro de pessoal da Pasta e, consequentemente, no número de beneficiários do vale-refeição.

Parâmetros de cálculo utilizados:

- Valor facial diário do benefício por servidor: R\$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos);
- Número médio de dias úteis por mês: 22 (vinte e dois) dias;
- Valor mensal estimado por servidor: R\$ 1.003,20 (mil, três reais e vinte centavos);
- Valor mensal total estimado: R\$ 1.328.236,80 (um milhão, trezentos e vinte e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta centavos);
- Valor anual estimado (12 meses): R\$ 15.938.841,60 (quinze milhões, novecentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).
- Quantidade estimada de servidores contemplados: 1.324 (mil trezentos e vinte e quatro) servidores;

A presente estimativa será atualizada e detalhada no Termo de Referência (TR), nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando os critérios técnicos e as diretrizes orçamentárias vigentes.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 15.938.841,60

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em atendimento ao art. 18, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece, como elemento do Estudo Técnico Preliminar, a definição do valor estimado da contratação com base em parâmetros de mercado e premissas técnicas adequadas ao planejamento da despesa pública, de modo a assegurar a vantajosidade e a viabilidade econômica da solução pretendida.

Embora a presente contratação seja operacionalizada mediante taxa administrativa de 0,00% (zero por cento), o valor facial dos benefícios concedidos aos servidores constitui a base de cálculo para estimativa global da despesa contratual, observados o quantitativo projetado de beneficiários, a quantidade estimada de dias úteis mensais e o valor diário do auxílio-refeição.

O valor facial unitário diário de R\$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos) foi mantido por corresponder ao montante atualmente praticado no âmbito da Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD há mais de um ano, preservando-se a continuidade da política institucional de concessão do benefício vale-refeição, a previsibilidade orçamentária, a sustentabilidade da despesa pública e a regularidade da execução administrativa.

Metodologia utilizada

A elaboração da estimativa considerou os seguintes parâmetros:

I – Pesquisa de mercado realizada mediante consulta a fontes especializadas e reconhecidas, com levantamento de valores médios de refeições na cidade de São Paulo – região central, obtendo-se os seguintes referenciais:

- Alelo: R\$ 62,30;
- Alelo FIPE: R\$ 62,30;
- Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador – ABBT (2025): R\$ 58,94;
- Controladoria Geral do Estado – CGE: R\$ 60,00.

A média aritmética ponderada apurada corresponde ao valor de R\$ 61,48 (sessenta e um reais e quarenta e oito centavos), servindo como parâmetro de razoabilidade para análise do cenário mercadológico e planejamento institucional do benefício.

II – Consulta a atas de registro de preços, contratos administrativos e contratações similares disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e em bases de dados estaduais;

III – Premissas de cálculo projetadas para o período de 12 (doze) meses, considerando o quantitativo estimado de beneficiários, o valor diário do auxílio-refeição de R\$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos) e a estimativa de 22 (vinte e dois) dias úteis por mês.

Aspectos técnicos da estimativa

A estimativa adotada observa as seguintes premissas técnicas:

I – O valor global da contratação é diretamente proporcional ao quantitativo de beneficiários efetivamente atendidos e ao valor facial mensalmente concedido;

II – A estimativa considera cenário de plena adesão dos servidores ao benefício, observada a projeção de até 1.324 (mil trezentos e vinte e quatro) beneficiários, 22 (vinte e dois) dias úteis mensais e vigência estimada de 12 (doze) meses;

III – Embora a taxa administrativa seja fixada em 0,00% (zero por cento), a contratação exige previsão orçamentária suficiente para cobertura do valor facial dos benefícios concedidos aos usuários;

IV – O modelo de contratação por Pregão Eletrônico, com adjudicação a fornecedor único, demanda que a estimativa reflita a integralidade da potencial despesa contratual ao longo da vigência inicialmente projetada.

Para fins de compatibilização dos elementos constantes da instrução processual, registra-se que o Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 104/2025 refletiu o quantitativo inicial de 1.103 (mil cento e três) servidores informado pela área de gestão de pessoas à época de sua elaboração. Contudo, considerando a concreta reestruturação institucional atualmente em tramitação perante a Casa Civil, no âmbito do Processo SEI nº 018.00024302/2024-04, bem como as alterações estruturais já implementadas no âmbito da Pasta, este Estudo Técnico Preliminar, em observância aos princípios do planejamento, eficiência e continuidade administrativa, adota projeção de até 1.324 (mil trezentos e vinte e quatro) beneficiários, conforme já fundamentado na seção correspondente.

Assim, o valor anual estimado da contratação corresponde a R\$ 15.938.841,60 (quinze milhões, novecentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), conforme memória de cálculo a seguir:

- R\$ 45,60 (valor diário do benefício) × 22 (dias úteis mensais) = R\$ 1.003,20 por beneficiário/mês;
- R\$ 1.003,20 × 1.324 beneficiários = R\$ 1.328.236,80 mensais;
- R\$ 1.328.236,80 × 12 meses = R\$ 15.938.841,60.

Registra-se que as pesquisas de mercado realizadas serviram como parâmetro de razoabilidade e evidenciaram valores médios de refeição superiores ao atualmente praticado pela Secretaria. Não obstante, considerando a natureza indenizatória do benefício vale-refeição destinado ao auxílio das despesas alimentares dos servidores e empregados públicos, sem se confundir com obrigação de custeio integral das refeições, bem como critérios de continuidade administrativa, planejamento institucional, disponibilidade orçamentária e sustentabilidade da despesa pública, optou-se pela manutenção do valor facial diário de R\$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos).

Ressalta-se, contudo, que eventual atualização superveniente do valor facial do benefício, formalmente instituída pela Secretaria, poderá ser refletida na execução contratual, observadas as disposições contratuais, a disponibilidade orçamentária e os instrumentos jurídicos aplicáveis.

Por fim, registra-se que o valor facial diário não constitui remuneração da contratada, mas montante destinado ao crédito em favor dos beneficiários, sendo devidos à futura contratada apenas os valores efetivamente disponibilizados aos servidores e empregados públicos, observada a taxa administrativa de 0,00% (zero por cento).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após análise da natureza do objeto, das condições operacionais e da estratégia de execução contratual adotada, conclui-se pela não adoção do parcelamento da solução, que permite a contratação por item único quando técnica ou economicamente mais vantajosa para a Administração.

Justificativa técnica:

O objeto da contratação consiste na prestação integrada dos serviços de fornecimento, gerenciamento, implementação e administração de vale-refeição, por meio de plataforma única, envolvendo cartões eletrônicos, com tecnologia segura e arranjo aberto.

A divisão em lotes comprometeria a unidade técnica da solução, gerando risco de despadronização dos serviços, fragmentação de plataformas, multiplicidade de sistemas e dificuldade na gestão centralizada do benefício.

Justificativa econômica:

O parcelamento não ampliaria a concorrência, considerando que a licitação será realizada por Pregão Eletrônico, aberto à ampla participação de fornecedores qualificados;

A adjudicação a um único fornecedor, com taxa administrativa igual a 0,00%, viabiliza economia de escala, simplificação logística e redução de custos indiretos;

A gestão unificada da solução evita duplicidade de controles, interfaces técnicas e processos administrativos, promovendo maior eficiência contratual.

Justificativa logística:

A manutenção da solução em item único facilita o controle do contrato, a comunicação com a empresa contratada e o atendimento aos servidores beneficiários;

Reduz-se o risco de incompatibilidade de sistemas, atrasos na disponibilização do benefício ou divergência nos parâmetros técnicos entre fornecedores distintos;

Garante-se uniformidade na prestação dos serviços e agilidade na resolução de eventuais falhas operacionais, com impacto direto na continuidade do serviço público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação ora estudada não está vinculada a outras contratações correlatas ou interdependentes, tampouco depende de integração simultânea com sistemas ou serviços distintos para sua efetividade.

O fornecimento e administração do benefício de auxílio-refeição por meio de cartões eletrônicos ou multibenefícios constitui solução autônoma, cujos processos operacionais, tecnológicos e contratuais são independentes de outras atividades administrativas, orçamentárias ou logísticas da SGGD.

Não há necessidade de contratações prévias, simultâneas ou subsequentes para viabilizar a execução contratual. Tampouco se identificam relações de interdependência técnica, jurídica ou operacional com sistemas informatizados, contratos de pessoal, plataformas digitais ou outros insumos públicos.

Dessa forma, não se verifica a existência de contratações relacionadas que impactem a viabilidade, a integração ou a efetividade da presente solução.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD) para o exercício vigente, em conformidade com o Decreto Federal nº 10.947/2022, que estabelece a obrigatoriedade de planejamento prévio e tempestivo das aquisições públicas, pela contratação 530102 - 84/2026.

O objeto da contratação de empresa, com arranjo aberto - para prestação de serviços de fornecimento, gerenciamento e administração de auxílio-refeição por meio de cartões eletrônicos ou multibenefícios, está previsto no PCA sob a classificação de despesa com benefícios assistenciais aos servidores, estando vinculado ao planejamento orçamentário da unidade.

O detalhamento da contratação pode ser consultado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no seguinte endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/app/pca/39467292000102/2026/1>

Assim, a contratação está devidamente integrada ao processo de planejamento da Administração, assegurando coerência, legalidade e previsibilidade na gestão dos recursos públicos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de empresa, com modelo de arranjo aberto, especializada para prestação dos serviços de fornecimento, gerenciamento e administração do benefício de auxílio-refeição, por meio de cartões eletrônicos, trará uma série de benefícios institucionais, econômicos, sociais, operacionais e jurídicos à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Essa contratação abrangerá a demanda de servidores e empregados públicos em exercício na SGGD.

Benefícios institucionais:

- Melhoria nas condições de trabalho e da qualidade de vida dos servidores, contribuindo para a valorização, motivação e produtividade do corpo funcional;
- Fortalecimento da política de benefícios da SGGD, com foco estratégico na atração e retenção de talentos;
- Aprimoramento da governança administrativa, com maior rastreabilidade das operações, mitigação de riscos operacionais;
- Unificação da gestão contratual, com plataforma tecnológica única, simplificando os fluxos internos de concessão, fiscalização e pagamento do benefício;
- Integração plena com os sistemas da Administração, garantindo consistência entre o controle orçamentário e a execução contratual;
- Aderência ao art. 37 da Constituição Federal, ao promover dignidade, eficiência e transparência no trato com os servidores públicos.
- Para garantir capilaridade, interoperabilidade, neutralidade competitiva e conformidade com o PAT, a Administração exige arranjo aberto como requisito técnico indispensável, promovendo a livre concorrência, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público.

Benefícios econômicos:

- Redução de custos operacionais indiretos ao eliminar a fragmentação administrativa existente no modelo anterior de credenciamento;
- Adjudicação a proposta com taxa administrativa igual a 0,00%, assegurando vantajosidade financeira e economicidade à Administração;
- Economia de escala com a centralização da prestação do serviço, facilitando negociações, controles e padronização contratual;
- Estímulo à concorrência qualificada, por meio de processo licitatório isonômico, que seleciona a proposta mais vantajosa com critérios objetivos e transparência pública.

Benefícios sociais e de sustentabilidade:

A presente contratação deverá observar, no que couber, as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 2024, bem como os princípios da sustentabilidade ambiental, social, econômica e de governança previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante adoção de práticas voltadas à eficiência operacional, responsabilidade social e redução de impactos indiretos decorrentes da execução contratual, especialmente por meio de:-

- emissão preferencial de extratos, comunicados e demais informações por meios digitais, reduzindo o consumo de papel e outros insumos físicos;
- utilização de soluções tecnológicas que privilegiem eficiência operacional, segurança da informação e racionalização do consumo de recursos;
- eliminação de procedimentos e materiais físicos desnecessários, priorizando fluxos eletrônicos e digitais na operacionalização do benefício;
- estímulo à inclusão social e à diversidade, mediante valorização de práticas empresariais voltadas à empregabilidade de pessoas com deficiência, jovens aprendizes, mulheres em situação de vulnerabilidade social e outros grupos historicamente sub-representados, observada a legislação aplicável;
- promoção da integridade corporativa e da ética empresarial, mediante incentivo à adoção de mecanismos de governança, programas de integridade, código de conduta e canais de denúncia, em consonância com a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- fortalecimento da economia local e ampliação da capilaridade da rede credenciada, incentivando a ampla aceitação do benefício em estabelecimentos alimentícios de pequeno e médio porte, promovendo maior acessibilidade e liberdade de escolha aos beneficiários.

Justificativa para substituição do modelo de credenciamento:

O modelo anterior, baseado em credenciamento, tornou-se juridicamente comprometido após a edição do Decreto nº 12.712/2025, que vedou a concessão de benefícios acessórios não alimentares anteriormente utilizados como diferencial competitivo entre operadoras.

O Pregão Eletrônico, por sua vez, garante maior eficiência, transparência, segurança jurídica, governança e economicidade, além de viabilizar ampla competição em igualdade de condições, conforme previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

13. Providências a serem Adotadas

Para assegurar a efetividade, legalidade e governança da contratação proposta, deverão ser adotadas, anteriormente à celebração do contrato, as seguintes providências administrativas, técnicas e operacionais:

Providências administrativas e documentais:

- Elaboração final e publicação do edital do Pregão Eletrônico, com todas as condições de participação, critérios de julgamento, exigências técnicas e requisitos de sustentabilidade e integridade;
- Verificação e comprovação da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, conforme determina o Decreto Federal nº 10.947/2022;
- Conclusão da pesquisa de preços detalhada e consolidação da estimativa atualizada no Termo de Referência (TR), em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e demais orientações normativas.

Providências de gestão interna:

- Designação formal da equipe de gestão e fiscalização do contrato, com base nos arts. 7º e 117 da Lei nº 14.133/2021;
- Elaboração do Plano de Gestão Contratual (PGC), contendo:
 1. instrumentos de monitoramento do desempenho;
 2. matriz de riscos;
 3. indicadores de resultado e conformidade operacional;

Definição de canais de atendimento entre a contratada, a área gestora e os servidores beneficiários.

Providências técnicas:

Validação de que a empresa contratada possui plataforma tecnológica segura e interoperável, com funcionalidades como:

- solicitação de créditos;
- inserção e exclusão de beneficiários;
- bloqueio, substituição e reemissão de cartões;
- geração de relatórios de utilização;

Exigência de conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), incluindo:

- proteção de dados pessoais sensíveis dos servidores;
- controle de acesso a informações;
- mecanismos de segurança cibernética;

Definição de protocolos de continuidade do serviço em casos de extravio, falha sistêmica ou descontinuidade da plataforma.

Providências de capacitação e orientação:

Realização de capacitação prévia da equipe de fiscalização e gestão, abordando:

- controle eletrônico das transações;
- interpretação de relatórios;
- verificação de indicadores contratuais;

Disponibilização de manual de uso do benefício aos servidores, com orientações sobre:

- Forma de utilização do cartão em redes credenciadas;
- consulta de saldo e extrato;
- canais de atendimento e resolução de problemas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Embora o objeto da contratação seja predominantemente imaterial e tecnológico voltado à concessão do auxílio-refeição por meio de cartões eletrônicos ou multibenefícios, é possível identificar impactos ambientais indiretos em suas etapas de fornecimento, gerenciamento e utilização.

Em observância ao art. 25, § 6º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve incorporar critérios de sustentabilidade em todas as contratações públicas, inclusive as de natureza assistencial, promovendo medidas que reduzam o impacto ambiental e incentivem práticas ambientalmente responsáveis.

Possíveis impactos ambientais identificados:

- Consumo de papel e insumos físicos, em decorrência da emissão impressa de extratos, relatórios e comunicações;
- Geração de resíduos sólidos, em razão da produção e descarte de cartões físicos em material plástico;
- Consumo energético significativo, relacionado à operação de plataformas digitais e sistemas de gestão do benefício;
- Emissão de poluentes, associada à logística de transporte e entrega física dos cartões.

Medidas mitigadoras e ações sustentáveis recomendadas:

- Estímulo ao uso de meios digitais para consulta de saldos, emissão de extratos e acesso a relatórios, reduzindo o consumo de papel;
- Adoção de cartões biodegradáveis ou recicláveis, previsão, quando tecnicamente viável e compatível com a competitividade, de utilização de cartões biodegradáveis, recicláveis ou produzidos com materiais de menor impacto ambiental.
- Implementação de programas de logística reversa, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), para recolhimento e descarte adequado de cartões inutilizados;
- Exigência de práticas de eficiência energética, com preferência por plataformas tecnológicas que operem com menor consumo de energia e servidores sustentáveis;
- Definição de metas de redução de materiais físicos, como política contínua de evolução sustentável do serviço;
- Incorporação de critérios de sustentabilidade no edital de licitação.

Essas medidas visam garantir que a contratação atenda aos princípios constitucionais da eficiência e da proteção ao meio ambiente (art. 225 da Constituição Federal), reforçando o compromisso da SGGD com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental na gestão pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional, jurídica e econômica da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento, gerenciamento, implementação e administração do benefício vale-refeição aos servidores e empregados públicos da Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD.

A solução proposta mostra-se adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada, considerando a expansão institucional da Pasta, a necessidade de continuidade da política de benefícios, a racionalização da gestão contratual e os ganhos de eficiência decorrentes da centralização da contratação, em substituição ao modelo anteriormente adotado.

A adoção de arranjo de pagamento aberto revela-se compatível com o interesse público, por assegurar maior capilaridade da rede credenciada, liberdade de escolha aos beneficiários, ampliação da competitividade e conformidade com o cenário regulatório vigente, além de estar alinhada à jurisprudência recente dos órgãos de controle.

Assim, conclui-se que a contratação pretendida é adequada, necessária e vantajosa à Administração Pública, recomendando-se o prosseguimento do procedimento para elaboração do Termo de Referência e posterior instauração do certame licitatório.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VIVIAN FRANCISCA HORN DA COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 19:44:01.

CRISTIANO RUSSO INCONTRI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 19:44:43.

ANEXO II — CHECKLIST OBJETIVO DA PROVA DE CONCEITO

Item	Requisito a ser verificado	Critério objetivo de verificação	Resultado
1	Portal de gestão administrativa	Demonstrar acesso ao portal por perfil administrativo, com autenticação de usuário e ambiente funcional disponível para teste ou demonstração.	Atende / Não atende
2	Inclusão de beneficiário	Demonstrar a funcionalidade de inclusão/cadastro de beneficiário, ainda que em ambiente de teste, com campos mínimos de identificação.	Atende / Não atende
3	Exclusão ou inativação de beneficiário	Demonstrar a funcionalidade de exclusão, bloqueio, inativação ou desligamento de beneficiário no sistema.	Atende / Não atende
4	Solicitação de créditos	Demonstrar a funcionalidade de solicitação de créditos individual ou por arquivo/lote, com indicação de beneficiário, valor e período de referência.	Atende / Não atende
5	Relatórios gerenciais	Demonstrar a emissão ou visualização de relatório contendo, no mínimo, beneficiário, valor do crédito, data de crédito e situação da solicitação.	Atende / Não atende
6	Exportação de dados	Demonstrar a possibilidade de exportação de relatórios ou dados em formato usual de mercado, como PDF, CSV, XLSX ou equivalente.	Atende / Não atende
7	Aplicativo mobile ou plataforma web do beneficiário	Demonstrar acesso ao aplicativo mobile ou plataforma web destinada ao beneficiário, em ambiente funcional.	Atende / Não atende

Item	Requisito a ser verificado	Critério objetivo de verificação	Resultado
8	Consulta de saldo e extrato	Demonstrar consulta de saldo e extrato de utilização pelo beneficiário, ainda que com dados simulados.	Atende / Não atende
9	Geolocalização ou consulta de estabelecimentos	Demonstrar funcionalidade de consulta de estabelecimentos próximos ou aceitação da bandeira, por geolocalização, busca manual ou solução equivalente.	Atende / Não atende
10	Bloqueio de cartão	Demonstrar funcionalidade de bloqueio, desbloqueio ou solicitação de bloqueio do cartão físico ou virtual.	Atende / Não atende
11	Compatibilidade Android e iOS	Demonstrar que a solução disponibiliza aplicativo ou acesso funcional compatível com dispositivos Android e iOS, ou apresentar comprovação idônea dessa compatibilidade.	Atende / Não atende
12	Arranjo de pagamento aberto	Apresentar documentação idônea ou demonstração técnica que comprove operação em arranjo de pagamento aberto, vinculado a bandeira de ampla aceitação.	Atende / Não atende
13	Aceitação da bandeira ofertada	Demonstrar meios de consulta, documentação de homologação, vínculo operacional ou outro elemento idôneo que evidencie a aceitação da bandeira ofertada em estabelecimentos alimentícios.	Atende / Não atende
14	Pagamento por aproximação — NFC	Demonstrar, quando compatível com a tecnologia ofertada e com a bandeira utilizada, a funcionalidade de pagamento por aproximação ou apresentar comprovação técnica de disponibilidade.	Atende / Não atende / Não se aplica

Item	Requisito a ser verificado	Critério objetivo de verificação	Resultado
15	Cartão virtual ou solução equivalente	Demonstrar a existência de cartão virtual, tokenização, carteira digital ou solução equivalente para utilização eletrônica do benefício, quando compatível com a tecnologia ofertada.	Atende / Não atende / Não se aplica
16	Carteiras digitais ou soluções equivalentes	Demonstrar compatibilidade com carteiras digitais ou soluções equivalentes amplamente disponíveis no mercado, quando aplicável à bandeira e à tecnologia ofertada.	Atende / Não atende / Não se aplica
17	Segurança da informação	Demonstrar mecanismos mínimos de segurança, como login autenticado, controle de acesso, criptografia, trilhas de auditoria, bloqueio de cartão ou mecanismos antifraude.	Atende / Não atende
18	Proteção de dados pessoais	Demonstrar ou apresentar documentação que indique observância à LGPD, inclusive quanto ao tratamento de dados pessoais de beneficiários e usuários administrativos.	Atende / Não atende
19	Rastreabilidade de transações	Demonstrar que o sistema permite consulta ou registro de operações, contendo, no mínimo, data, valor, identificação do beneficiário ou cartão e situação da transação, ainda que com dados simulados.	Atende / Não atende
20	Canais de atendimento	Demonstrar ou apresentar canais de atendimento aos usuários e à Administração, tais como telefone, chat, aplicativo, e-mail, portal ou central de suporte.	Atende / Não atende
21	Registro de chamados	Demonstrar funcionalidade ou procedimento para abertura,	Atende / Não atende

Item	Requisito a ser verificado	Critério objetivo de verificação	Resultado
		acompanhamento ou resposta de chamados pelos usuários ou pela Administração.	
22	Ambiente de demonstração	Disponibilizar ambiente funcional, de teste, homologação ou simulação, suficiente para verificação dos requisitos mínimos da PoC.	Atende / Não atende



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

MINUTA

ANEXO II - MINUTA TERMO DE CONTRATO

GOVERNO DO ESTADO DE PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

(Processo Administrativo nº 018.00016480/2025-34)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUA SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL POR INTERMÉDIO DA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E

O Estado de São Paulo , por sua Secretaria de Gestão e Governo Digital, por intermédio da Diretoria de Administração, com sede na Avenida Ragnel Pestena, nº 300, 14º e 16º andares, Sé, na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 39.467.292/0001-02, neste ato representada pelo Diretor de Gestão de Pessoas _____, nomeado pela Resolução, de de de 20..., publicada no DOE de de de, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90008/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de gestão, administração, emissão e fornecimento de cartões vale-refeição com taxa administrativa 0,00% (zero por cento), conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	VALOR ESTIMADO MENSAL POR BENEFICIÁRIO (22 dias úteis/mês)	VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMANDO ANUAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

1	Contratação de empresas para prestação de serviços de fornecimento, gerenciamento, implementação e administração do benefício vale-refeição, por meio de solução eletrônica baseada em cartões físicos e virtuais	3700	1.324	R\$ 1.003,20	R\$ 1.328.236,80	0,00%
---	---	------	-------	-----------------	---------------------	-------

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de preço unitário

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da última assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

- na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou
- na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência

em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 1.328.236,80 (um milhão, trezentos e vinte e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta centavos), perfazendo o valor total de R\$ 15.938.841,60 (quinze milhões, novecentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), considerando a duração contratual prevista.

5.2. A presente contratação se dará com taxa de administração de 0% (zero por cento), não incidindo quaisquer encargos adicionais sobre o valor mensal contratado

5.3. O valor mensal por beneficiário é de R\$ 1.003,20 (mil e três reais e vinte centavos), correspondente a 22 (vinte e dois) dias úteis por mês, sendo o valor facial unitário por dia útil de R\$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos)

5.4. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.5. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que a quantia a ser repassada ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.6. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. A taxa de administração ajustada é de 0,00% (zero por cento) fixa e irrevogável.

7.2. O valor facial unitário por dia útil, poderá ser ajustado ao valor facial vigente, a critério da administração, não se enquadrando nos limites de alterações contratuais previstos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um mês) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um mês), contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo

de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. No âmbito da execução do objeto deste contrato, o Contratado deve cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à proteção de dados pessoais, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, e deve observar as instruções por escrito do Contratante no tratamento de dados pessoais.

10.1.1. O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

10.1.2. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.1.3. Considerando a natureza do tratamento, o Contratado deve, enquanto operador de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.1.4. O Contratado deve:

10.1.4.1. notificar o Contratante na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da [Lei nº 13.709, de 2018](#); e

10.1.4.2. quando for o caso, auxiliar o Contratante na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere a subdivisão anterior.

10.1.5. O Contratado deve notificar ao Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.1.6. O Contratado deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

10.1.7. O Contratado deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da [Lei nº 13.709, de 2018](#), no âmbito da execução deste Contrato.

10.1.8. Na ocasião do encerramento deste contrato, o Contratado deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, conforme decisão do Contratante, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, certificando por escrito, ao Contratante, o cumprimento desta obrigação.

10.1.9. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo Contratante ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

10.1.10. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da [Lei nº 13.709, de 2018](#) ou de instruções do Contratante relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

10.1.11. Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), deverão ser observadas pelo Contratado ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do Contratante.

10.1.12. É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil

10.1.13. O Contratado não poderá realizar subcontratação, tampouco divulgar dados pessoais a qualquer subcontratado, ou substituir subcontratado, exceto se previamente autorizada de forma específica e por escrito pelo Contratante.

10.1.14. O Contratado deve tomar medidas razoáveis para assegurar que empregados, prepostos ou colaboradores de qualquer subcontratado que necessitem conhecer/acessar dados pessoais relacionados à execução deste contrato estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade, e cumprir, no tocante à subcontratação, todas as disposições aplicáveis da [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.1.15. A subcontratação, mesmo quando autorizada pelo Contratante, não exime o Contratado das obrigações

decorrentes deste contrato, de modo que o Contratado permanecerá por elas integralmente responsável perante o Contratante, inclusive na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratado.

10.2. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, bem como a disciplina estabelecida neste instrumento.

10.3. O Contratado:

10.3.1. quando se caracterizar como operador que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Contratante, deve:

10.3.1.1. observar as instruções por escrito do Contratante para execução desse tratamento;

10.3.1.2. implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#);

10.3.1.3. adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada incidente de segurança;

10.3.2. quando se caracterizar como controlador de dados pessoais, somente poderá tratá-los com fundamento nas hipóteses previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#), seguindo as regras e os princípios nela previstos, em especial os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção.

10.4. O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

10.5. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.6. O Contratado deve comunicar na primeira oportunidade possível ao Contratante o conhecimento de requerimento de titular de dados pessoais a ele dirigido, de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, ou de outra circunstância cuja ciência seja relevante para o cumprimento pelo Contratante da legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais decorrente deste instrumento, fornecendo informações suficientes para que ele cumpra quaisquer deveres previstos na [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.7. Por ocasião do encerramento deste contrato, é dever do Contratado eliminar os dados pessoais, com exceção das hipóteses do artigo 16 da [Lei nº 13.709, de 2018](#), quando for o caso e nos seus estritos limites.

10.8. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula.

10.9. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da [Lei nº 13.709, de 2018](#), não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as

seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) , até o máximo de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;
- a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 530122

II. Fonte de Recursos: 150.010.001

III. Programa de Trabalho: 04122530055150000

IV. Elemento de Despesa: 530151

V. Plano de Contratação Anual: 530102-84/2026

VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor\[ESP36\]](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.
- 16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, § 1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma) via*, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 12/06/2026, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra De Cassia Dos Santos, Coordenador**, em 15/06/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109670403** e o código CRC **EEA83A93**.



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

MINUTA

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para gestão, administração, emissão e fornecimento de cartões vale-refeição com taxa administrativa 0,0% (zero por cento)

O licitante (razão social) _____, inscrito no CNPJ nº _____, sob pena de desclassificação, **DECLARA**, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

ESTRUTURA DE QUANTIDADES E VALORES									
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Servidores	Valor Facial Unitário por Dia (R\$)	Dias Úteis/Mês	Valor Facial Mensal por Beneficiário (R\$)	Valor Facial Total Mensal Estimado (R\$)	Valor Facial Total Estimado (R\$)	Taxa de Administração
1	Vale-refeição (cartão físico/virtual)	unidade	1.324	45,60	22	1.003,20	1.328.236,80	15.938.841,60*	0,00 %

*Considerando vigência de 12 (doze) meses ou período previsto no Edital.

DECLARAÇÕES DA PROPONENTE

A proponente declara que:

- a) atende integralmente às especificações técnicas e operacionais constantes do Termo de Referência;
- b) não incidirão encargos adicionais além do valor facial indicado na tabela;
- c) a proposta compreende todos os custos e obrigações necessários ao fornecimento contínuo do benefício;
- d) o faturamento será realizado com base no valor facial e no quantitativo efetivamente contratado;
- e) reconhece como válida a presente proposta pelo prazo de **60 (sessenta) dias** contados da data de sua apresentação.

DADOS DO LICITANTE

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço Completo: _____
Telefone: _____

Dados Bancários para Faturamento:

Banco: _____ Nº do Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA FIRMAR O CONTRATO

Nome Completo: _____
CPF: _____
RG: _____
Endereço Completo: _____
Nacionalidade: _____
Telefone: _____

E-mail: _____

Local e Data
Assinatura do representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 12/06/2026, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra De Cassia Dos Santos, Coordenador**, em 15/06/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109670457** e o código CRC **063944D4**.



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações**

MINUTA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 12/06/2026, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra De Cassia Dos Santos, Coordenador**, em 15/06/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **0109670562** e o código CRC **664ABE7A**.



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

MINUTA

ANEXO V

MODELO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

À Comissão de Licitação

Referente a **Contratação de empresa especializada para gestão, administração, emissão e fornecimento de cartões vale-refeição com taxa administrativa 0,0% (zero por cento)**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, interessada em participar do **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, referente ao **Processo SEI nº 018.00016480/2025-34**, venho, respeitosamente, apresentar a seguinte **solicitação de esclarecimento** acerca dos termos do Edital:

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento solicitado
1	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
2	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta

N...	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
------	--	---

Certos de vossa atenção, desde já agradecemos e permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

(Local e Data)

Representante Legal (com carimbo da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 12/06/2026, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra De Cassia Dos Santos, Coordenador**, em 15/06/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109670691** e o código CRC **D62F9A80**.



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

MINUTA

ANEXO VI

MODELO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

À Comissão de Licitação

Referente a **Contratação de empresa especializada para gestão, administração, emissão e fornecimento de cartões vale-refeição com taxa administrativa 0,0% (zero por cento)**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, vem, tempestivamente, com fundamento no item 13.1 do Edital e no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do Pregão Eletrônico nº ____/2026**, referente ao **Processo SEI nº 018.00016480/2025-34**, pelos fundamentos a seguir expostos:

Nos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, é assegurado a qualquer pessoa o direito de impugnar os termos do edital, desde que o faça no prazo de até **03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do certame**, o que se verifica no presente caso.

A impugnação ora apresentada tem por escopo preservar os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, competitividade, e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Dos Fatos e Fundamentos

O Edital impugnado apresenta, em seu item **[indicar item ou cláusula específica do Edital]**, a seguinte previsão:

[transcrever integralmente o trecho impugnado]

Tal exigência revela-se [ilegal/incompatível/restritiva], uma vez que [expor, de forma clara e objetiva, os fatos e fundamentos que motivam a impugnação, com eventual citação de dispositivos legais ou normas técnicas aplicáveis].

Entende-se que a referida exigência [ou omissão] afronta o disposto no(a) **[citar norma legal ou princípio violado]**, comprometendo a ampla competitividade do certame e restringindo indevidamente a participação de interessados que, embora tecnicamente aptos, não atendem a exigência ora impugnada.

Do Pedido

Diante do exposto, requer-se:

1. Que a presente impugnação seja **conhecida e julgada procedente**, com a consequente **retificação do(s) item(ns)** impugnado(s), de modo a assegurar a legalidade, a isonomia e a competitividade do certame;
2. Que, uma vez retificado o Edital, seja determinada a **republicação do instrumento convocatório**, nos termos do item 13.5 do próprio Edital.

Termos em que,

Pede deferimento.

(Local e Data)

Representante Legal (com carimbo da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 12/06/2026, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra De Cassia Dos Santos, Coordenador**, em 15/06/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109670835** e o código CRC **5DF2256C**.